



Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Nº 58 - Março/Abril - ISSN 1517-0217

sindijor@sindijorpr.org.br
http://www.sindijorpr.org.br

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
3600137940-DR/PR
SIND. DOS JORNALISTAS

Conflitos e intrigas na TV Comunitária



Julian Carlo Fagotti, coordenador geral, e Germinal Pocá, coordenador de finanças, foram destituídos em assembléia da coordenação executiva da TV Comunitária. Julian, representante da CUT, entrou com pedido de auditoria no Ministério Público estadual. Glauco Souza Lobo, presidente do Conselho Deliberativo da TV.Com, diz que não teme nada.

Ação sindical

Jornalista e patrões
discutem formação

PÁGINA 4

Campanha Nacional

Plebiscito sobre a Alca,
em setembro

PÁGINA 8

Dia do Jornalista

Jornalistas falam
de sua atividade

PÁGINAS 12 e 13



editorial

Uma comunicação voltada para o interesse público

Mário Messagi

O século XX mudou, profundamente, a autoimagem dos jornalistas. De um militante das palavras, empunhando uma caneta, ser jornalista, hoje, significa transmitir informação isenta, voltar-se para o interesse público e lutar pelo acesso à informação. Exercer a profissão, todos os dias, com estas preocupações em mente, é também uma forma de militância. Não mais de forma direta para mudar a sociedade, mas para mudá-la mudando o jornalismo.

A missão é ingrata. O Brasil é um país onde as empresas de comunicação operam, em benefício de interesses privados, sem limites legais, sem obrigações. As poucas conquistas, como o Conselho de Comunicação Social, criado na Constituição de 88 (portanto, há 14 anos), não são implementadas. Propostas de democratização do acesso à informação, como o projeto de lei 2735, de 1992, de autoria do

deputado federal Zaire Rezende (PMDB-MG), não passam no Congresso. Ou então são alteradas de tal forma que se tornam quase inviáveis. É o caso da lei das rádios comunitárias, que, sob influência da Abert, se tornou extremamente restritiva.

Ser jornalista é militar para alterar tudo isso, para que a sociedade possa ser bem informada. Por isso, o Sindicato participou, em 92, da campanha em favor da lei Zaire Rezende. Por isso, tem, junto com a Fenaj, lutado pela implantação do Conselho de Comunicação. Por isso, também, esteve, desde o princípio, nas discussões e foi um dos fundadores da Associação de Usuários da TV Comunitária. A TV Comunitária sempre foi, para o Sindicato, uma faceta da sua luta, ingloria, por democratização dos meios de comunicação.

Na concepção do Sindicato, os canais criados pela Lei do Cabo, como a TV Senado, TV Câmara, TV Universitária e TV Comunitária, são instrumentos para a democratização do acesso à informação. A TV

Comunitária, em particular, não pode ser instrumento do interesse das entidades em se autopromover, muito menos de interesses privados. Deve estar voltada para o interesse coletivo. Muitas vezes, o interesse da comunidade se confunde com o interesse das entidades. Aos jornalistas (e à comunidade), é relevante discutir, por exemplo, a relação da imprensa com o poder público e a independência editorial dos jornais. Disto depende a qualidade da informação a que terá acesso a sociedade.

Por esse motivo, o Sindicato continua lutando onde ainda é possível lutar. Qualquer espaço onde a democratização da informação seja possível é um espaço a ser ocupado. A TV Comunitária representa isso. Com todos os percalços, todos os descaminhos, ainda é uma das poucas coisas que restou, de tantas lutas, de perspectiva de uma comunicação voltada para o interesse público.

Mário Messagi Júnior é presidente do Sindicato.

opinião

Jornada de 7 horas: começo de mais perdas

Maique Gueths

Se me perguntarem se sou a favor ou contra a jornada de sete horas, não tenho dúvidas de que minha resposta será: **SOU CONTRA**. E a justificativa é simples. A jornada de cinco horas ainda é um dos poucos direitos que nós, jornalistas, conquistamos e temos o dever de assegurar.

Ainda mais se considerarmos os tempos em que vivemos. Medidas Provisórias e projetos aprovados sem nenhuma discussão com a sociedade já cortaram benefícios importantes do trabalhador, como o tempo para aposentadoria, por exemplo. Por outro lado, leis favoráveis aos empregados – como a instituição da Participação nos Lucros e Resultados – não saem do papel.

Não bastasse isso, o governo federal ainda quer reduzir direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Tudo bem, a CLT é antiga, precisa de mudanças. Mas não é modificando apenas itens favoráveis ao trabalhador que vamos chegar a lugar algum. E governo e empresários sabem muito bem disso. Caso contrário, concordariam em primeiro lugar a implantar uma ampla mudança na estrutura sindical.

O que acontece é que, em nome da manutenção da atual política econômica, governo e empresariado defendem pontos de vista idênticos, ou seja, querem “flexibilizar” direitos trabalhistas para “reduzir o custo Brasil”. Dizem

que essa medida evita mais desemprego. Na verdade, aumenta o número de miseráveis assalariados.

Voltando ao caso específico dos jornalistas, apesar de todos os argumentos que citei, a questão ainda não está muito clara para mim. O que tenho como certo é que a jornada de sete horas só pode ser aceita com remuneração igual ao pago hoje pelo salário de cinco horas mais duas horas extras. O trabalho extraordinário também ficaria proibido. Caso contrário, seria perda de direito. E isto não podemos aceitar.

Isto significaria o valor de 1,8 piso, ou seja, R\$ 2.129,00, considerando o piso atual de R\$ 1.183,00 para cinco horas. Muitos que trabalham em dois empregos e, conseqüentemente, cumprem dez horas por dia, recebendo dois pisos (R\$ 2.366,00) devem achar as sete horas mais vantajosas. Afinal, ganha-se um pouco menos, mas trabalha-se menos e com menor tensão.

Muitos jornalistas desmontam este argumento. Foi o que fez o ex-presidente do Sindicato, Emerson Castro, em artigo de opinião no último Extra Pauta. Emerson acredita que, assim como hoje os patrões não respeitam a jornada de cinco horas e não pagam as extras, o mesmo se repetirá com sete horas. E muito provavelmente ele tem razão.

Como profissional que trabalha em jornal, no entanto, é impossível não observar que, muitas vezes, cinco horas é pouco tempo para cumprir duas pautas externas,

especialmente quando uma acontece em bairro afastado ou na Região Metropolitana. Mas, como disse o Emerson, “será que este é o ângulo correto de encarar a questão, do ponto de vista dos profissionais?”. E aqui ele também tem razão. Esta justificativa se encaixa melhor na boca dos patrões.

Outro argumento contra o aumento da jornada é que ela vai de encontro à tendência trabalhista mundial. Hoje, luta-se pela redução das jornadas como forma de garantir mais vagas de trabalho. E isto também é imperativo no atual momento do jornalismo, quando tantos veículos estão fechando ou reduzindo o número de empregados.

Com tantas dúvidas, acredito que o tema mereça ser mais discutido entre os jornalistas. O Sindicato vem mantendo diversas mesas temáticas de negociação com o patronato. E um dos pontos que os empresários gostariam muito de ver fora de nossa Convenção Coletiva é a remuneração de hora extra com 100% de acréscimo.

Por todos esses motivos, este assunto tem que ser muito bem pensado. Negociar uma jornada de sete horas, mesmo mantendo a opção de cinco horas – a exemplo do que existe em São Paulo –, neste momento, me parece ser um péssimo negócio.

Maique Gueths é jornalista. Trabalha no jornal Folha de Londrina e na assessoria de imprensa do Sindicato dos Bancários de Curitiba

expediente	Extra Pauta é órgão de divulgação oficial da gestão Extra Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax (041) 224-9296. E-mail: sindjor@sindjorpr.org.br	Redação Casemiro Eugênio Linarth casemirolinarth@bol.com.br Colaboraram nesta edição Douglas Furiatti, Irandy Ferreira, Luiz Henrique Herrmann, Maique Gueths, Rafael Villas Bôas, Rogério Galindo, Ruth Bolognese, Sérgio Luiz Gadini e Silvio Rauth Filho.	Ilustrações Simon Taylor Edição Gráfica Márcio G. Mainardes/Marginal Comunicação Tiragem 3.000 exemplares
	Jornalista Responsável Mário Messagi Júnior Reg. prof. 2963/11/101z	Fotografias Elton Damásio, João Dias Betim e Mauro Campos	As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.

Errata

Na edição no 57, duas palavras foram grafadas incorretamente. Nas páginas 1 e 8, a grafia correta é estrangeiro, e não extrangeiro. Na página 15, em vez de dicidentes, a forma correta é dissidentes.



ação sindical

Assembléia aprova balanço financeiro do Sindicato

Também foi apreciado o relatório de atividades de 2001

A assembléia geral convocada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no dia 26 de março realizou dois balanços. O primeiro foi relativo às contas do Sindicato dos Jornalistas de janeiro a dezembro do ano passado. O balanço financeiro da entidade (veja quadro na página 24) foi analisado pelo Conselho Fiscal nos dias 18 e 25 de março.

O segundo foi o sumário das atividades desenvolvidas pelo Sindicato durante o ano passado. Um relatório extenso destacou diversas ações como o 3º Ciclo de Idéias, o 6º Prêmio Sangue

Novo, o Ronda da Noite, a Campanha Salarial, que garantiu a reposição salarial e a manutenção das cláusulas sociais que os patrões insistiam em cortar, a luta pela obrigatoriedade do diploma e ações jurídicas em defesa dos direitos dos jornalistas.

O resumo espelha um sindicato ativo, mas que precisa ser fortalecido com a participação dos jornalistas. Mais do que um apanhado histórico, essa Assembléia foi essencial para aprimorar, com sugestões e idéias, as ações do sindicato.



Resumo de atividades de 2001

Fevereiro

- Sindicato entra com ação contra quatro emissoras de TV da Rede Paraense de Comunicação (RPC) para o pagamento de diferença de horas-extras de jornalistas

- Denunciado pelo Sindicato, o jornal Hoje, de Cascavel, é multado pelo Ministério do Trabalho

Março

- Sindicato denuncia a Gazeta do Povo no Ministério Público do Trabalho por não pagamento de horas-extras.

- Acervo da biblioteca do Sindicato pode ser consultado pela internet

- Fórum Popular contra a Privatização da Copel é lançado na sede do Sindicato dos Jornalistas, que participa ativamente das manifestações

Abril

- No Dia do Jornalista (7/4), o Sindicato faz panfletagem na Boca Maldita, protestando contra a falta de liberdade de imprensa e contra as condições de trabalho precárias nas empresas paraenses

Mai

- Ciclo de Idéias reúne, em dez dias de debate, milhares de pessoas no Memorial de Curitiba

Junho

- Sindicato protesta contra a apreensão do jornal do Fórum de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania comandada pelo Governo do Estado

Agosto

- Sindicato consegue impedir, no Ministério Público do Trabalho, que a TV Iguazu cometa abusos contra jornalistas

- Sindicato vence ação contra a RPC na Justiça: 76 jornalistas ganham R\$ 101 mil

- Sindicato faz manifestação no Juizado de Pequenas Causas em defesa de Irany Carlos Magno, agredido por empresário

Setembro

- Sindicato protesta, nas ruas, na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, contra demissões no Grupo Paulo Pimentel

Outubro

- Campanha Salarial tem várias reuniões e protestos (panfletagens e carro de som)

- Sindicato repudia liminar que acaba com a obrigatoriedade do diploma e começa contra-ataque. Fenaj entra com recurso contra liminar

Novembro

- No Paraná, Dia em Defesa do Diploma (28/11) é marcado por manifestação na Boca Maldita, discursos na Câmara e na Assembléia, e visita a Conselhos e Ordens

- Núcleo de Assessoria de Comunicação do Sindicato realiza oficinas de comunicação

Dezembro

- Ação jurídica do Sindicato bloqueia dinheiro da Gazeta Mercantil e garante pagamento integral de rescisões de jornalistas do Paraná

30º Congresso Nacional de Jornalistas

A assembléia do dia 26 de março também elegeu representante para o 30º Congresso Nacional dos Jornalistas, que será realizado em Manaus (AM), de 29 de maio a 2 de junho de 2002. A diretoria do Sindicato defendeu a indicação de apenas um delegado, devido ao custo elevado da viagem. Foi escolhida como delegada a jornalista Rosane Henn, secretária-geral do sindicato. Na 30ª edição, o tema do Congresso será

Direito à Informação e Direito ao Trabalho no Novo Milênio.

O evento permitirá o debate sobre questões de interesse social e profissional, como os novos modelos de comunicação, relações trabalhistas, as mudanças crescentes no Jornalismo e suas aplicações no mercado. Estão sendo esperados aproximadamente 400 participantes, metade deles de outros estados, entre delegados da Federação Nacional de Jornalistas

(Fenaj), estudantes e profissionais de diversos veículos de comunicação.

No dia 29, com início às 8h, e paralelamente ao congresso, será realizado no Tropical Hotel o 2º Encontro Nacional de Jornalistas de Imagem, com palestras e discussões sobre fotojornalismo, diagramação, manipulação de imagens e novas tecnologias, cartunismo e charge, tendo como convidados especialistas das respectivas áreas.



ação sindical

Jornalistas e patrões discutem formação

Sindicato apresenta propostas para aprimoramento profissional e estágio

Representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e de sindicatos patronais estiveram reunidos no dia 7 de maio, em Curitiba, para discutir a formação profissional. O debate faz parte do calendário de negociação

permanente entre empresas e jornalistas, que tem como objetivo aprimorar a Convenção Coletiva de Trabalho. Esta foi a primeira de uma série de cinco reuniões temáticas.

Foram apresentadas pelo Sindicato dos Jornalistas 12 propostas na área de formação. Depois de duas horas de discussão, ficou marcada para a próxima reunião, dia 4 de junho, a conclusão do tema, com o objetivo de definir novas cláusulas para a Convenção Coletiva.

“A primeira reunião foi muito produtiva e esperamos avançar muito nos próximos encontros”, comentou Mário Messagi Júnior, presidente do Sindicato dos Jornalistas. “Se cumprirmos o calendário de negociação permanente, debatendo todos os temas com seriedade, como ocorreu hoje, teremos dado um grande passo para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos jornalistas”, declarou.

Auxílio-educação

O estabelecimento de um auxílio-educação, no valor de 80% da despesa com cursos de aperfeiçoamento profissional, é uma das propostas apresentadas pelo

imprensa do paraná

Alternativa Editorial demite jornalistas

Alternativa Editorial, empresa com sede em Curitiba que edita seis revistas destinadas ao setor moveleiro, está desmontando aos poucos uma equipe de jornalistas especializados que a transformou na maior e mais respeitada editora do país neste segmento. Nos meses de abril e início de maio, ela dispensou mais três jornalistas, em uma nova leva de demissões que começaram em agosto do ano passado.

A Alternativa, que se transferiu há quatorze anos para Curitiba vindo de Caxias do Sul (RS), edita as revistas *Móvil Lojista*, *Móvil Fornecedores*, *Móvil sob Medida*, *Móvil Nordeste*, *Móvil Decori* e a revista da Abimovel. Conta com sucursais em Caxias do Sul, Londrina, São Paulo e Recife e tinha representação comercial em Ubá (MG), que foi desativada.

No primeiro semestre de 2000, a Alternativa havia montado uma equipe de alta qualificação. Até dez meses atrás, contava com jornalistas especializados, que saíam da faculdade e iam direto para a revista. Mas, de alguns meses para cá, a empresa não está mais valorizando os profissionais que fizeram dela o que é hoje, queixam-se

Sindicato. Outra reivindicação é o reconhecimento, com aumento percentual no salário, para o jornalista com pós-graduação. Outras oito propostas sugerem mecanismos para adequar a jornada dos profissionais às atividades de formação.



“Para os jornalistas, a formação é condição básica de crescimento e aprimoramento profissional. No entanto, os estímulos e condições oferecidos pelas empresas são insuficientes”, afirmou Mário Messagi Júnior, defendendo as propostas do Sindicato. “Os horários são inadequados e demasiadamente flexíveis para manter qualquer atividade além do emprego, faltam condições financeiras e existe pouco reconhecimento da qualificação diferenciada”, argumentou.

Estágio remunerado

Uma das propostas apresentada pelo Sindicato na reunião do dia 7 é a regulamentação do estágio em jornalismo, que é proibido pelo Decreto 83284 de 1979. A intenção é incluir na Convenção Coletiva de Trabalho regras rígidas e mecanismos eficientes de fiscalização para o estágio. A proposta de regulamentação prevê um limite de estagiários por empresa (no máximo 10% do total de jornalistas empregados), valor mínimo da bolsa de três salários mínimos, carga horária máxima de cinco horas por dia, acompanhamento por um

profissional da área e proibição do estágio para estudante que não tiver concluído o terceiro ano. Na próxima reunião, o assunto será concluído, com a redação das propostas no formato de cláusulas da Convenção Coletiva.

Questão antiga

O Sindicato dos Jornalistas defende a tese do estágio regulamentado desde 1994, quando foi aprovada no Congresso Estadual da categoria. Em 1999, a entidade fundou o Instituto Paranaense de Estudos do Jornalismo (IPEJ), que tem como um dos objetivos debater a questão do estágio. Depois de dois anos de discussões, o IPEJ, cujo conselho deliberativo é formado paritariamente por representantes dos estudantes, dos jornalistas, dos empresários e das universidades, aprovou a proposta para regulamentação de estágio, que está sendo apresentada hoje, pelo Sindicato, como solução para a questão.

Negociação permanente

4 de junho	PLR e direito autoral
2 de julho	jornada, horas-extras e anuênio
6 de agosto	emprego, salário e PCS
3 de setembro	1ª negociação para renovação da CCT

Local e horário: Todas as reuniões acontecerão às 9h, com previsão de término às 11h, na sede do Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

jornalistas que já trabalharam em sua redação. Da equipe original, não há mais ninguém na Alternativa Editorial.

O desmantelamento da equipe de profissionais de comunicação teve início em agosto do ano passado, quando a empresa dispensou cerca de 20 funcionários, entre os quais três jornalistas, duas em Curitiba e uma em Caxias do Sul. Outras duas jornalistas saíram na mesma época devido a incompatibilidades com a diretoria. Em dezembro do ano passado, houve mais uma leva de demissões no departamento de jornalismo, com a dispensa de seis profissionais. Com a onda de demissões, hoje trabalham na empresa apenas nove jornalistas, incluindo a sede e as sucursais.

A alegação da Alternativa para os cortes é sempre o momento difícil que o setor comercial atravessa. Jornalistas que foram demitidos lamentam que, nas dispensas, o critério técnico seja colocado em último plano. O que tem prevalecido é, pela ordem, o corte pelo salário e a incompatibilidade da pessoa com a empresa.

Outra reclamação dos profissionais é que a empresa exige que eles trabalhem em todo o período comercial,

impossibilitando a busca de uma segunda ocupação. As horas-extras são pagas “por fora”. Além disso, o jornalista é registrado em carteira como editor, porém recebe abaixo do piso estabelecido pela Convenção Coletiva do Trabalho, tendo uma remuneração apenas um pouco acima do piso do repórter. Os jornalistas também se queixam da prática de assédio moral na empresa. Por melhor que seja a matéria, o diretor responsável pelas revistas sempre diz que “ela está boa, mas poderia ser melhor”. Isto desarma o profissional e não lhe dá a condição de pleitear uma promoção.

Há cerca de três meses, o Sindicato dos Jornalistas esteve na empresa verificando denúncia de que os profissionais de jornalismo trabalhavam acima do horário determinado por lei. A empresa reduziu o período de trabalho, porém alguns meses depois efetuou as primeiras dispensas. A partir de então surgiu o fantasma das demissões, com ameaças da empresa de dispensar jornalistas e contratar estagiários. “Hoje existe um terrorismo invisível na redação”, lamenta um profissional que trabalhou na Alternativa Editorial.



imprensa do paraná

Nova onda de demissões na Folha de Londrina

A Folha de Londrina demitiu no dia 26 de abril mais três jornalistas na sucursal de Curitiba, que vieram somar-se aos quatro dispensados no último dia 19, além de uma secretária de reda o. No total, foram demitidos tr s jornalistas da área de esportes, duas profissionais da editoria de cidades (incluindo a editora), um redator de Cultura (um dos mais antigos funcionários do jornal) e um diagramador. Ao voltar de sua licença, a jornalista Carmem Murara também foi comunicada que estava dispensada. Na atual onda de demissões não foi cortado nenhum profissional do Bonde, a edi o online do jornal. Outra decisão tomada pela dire o do jornal foi a mudança da sucursal, que vai se transformar num "núcleo de produ o", em outro prédio menor.

A informa o que os profissionais da sucursal tinham   que na segunda leva seriam demitidos mais seis profissionais, mas foram dispensados apenas três. Os cortes atingiram os profissionais com salários mais altos. O "núcleo de produ o" vai funcionar com um coordenador, um articulista, um pauteiro, dois fotógrafos e mais 12 repórteres. As editorias foram extintas e na reda o não haverá mais setoristas, mas os jornalistas v o cobrir todas as áreas.

No contato que o Extra Pauta manteve com Walter Ogama, coordenador da reda o em Londrina, ele não quis dizer se mais jornalistas seriam demitidos na sucursal de Curitiba. Ogama esteve um dia antes do início das dispensas em Curitiba e conversou com o coordenador da sucursal, Leandro Donatti, encarregando-o de fazer as comunica es aos demitidos. "O Leandro executa essa fun o contrariado, mas   melhor ouvir dele o desligamento do que de outra pessoa", observam profissionais da sucursal. No dia 26 de abril, após as notifica es de demissão, os jornalistas da sucursal da Folha em Curitiba brincavam dizendo que a reda o havia se transformado em Big Brother, tentando adivinhar quem seria o próximo a sair.



Além disso, a empresa decidiu mudar de prédio em Curitiba, e já saiu   procura de um outro local. O atual prédio da sucursal, com quatro andares, tornou-se grande para o número de jornalistas, e hoje o seu aluguel consome R\$ 4 mil por mês. Está sendo estudada a transferência para um local menor, mais barato, na mesma região do Centro Cívico.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná está preparando a es jurídicas necessárias para enfrentar a nova onda de demissões, que não respeitaram a cláusula 37 da Conven o Coletiva de Trabalho. A Folha apresentou vários problemas, como salários atrasados e banco de horas, que   ilegal. Esses pontos também serão questionados juridicamente pelo Sindicato.

Além disso, desde o segundo semestre do ano passado, a Folha vem descumprindo sucessivamente obriga es trabalhistas com seus funcionários, como o não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Sindicato fez várias gestões junto   dire o da empresa para que cumpra as obriga es trabalhistas. Como não obteve nenhum resultado, entrou com a o na Justiça do Trabalho para obrigar a empresa a fazer o depósito do Fundo de Garantia que não foi recolhido.

Cláusula 37

Segundo a cláusula 37 da Conven o Coletiva para os anos 2001/2002, nos casos de dispensas coletivas, as empresas deverão obedecer aos seguintes critérios preferenciais:

- 1) inicialmente, os empregados que, consultados previamente, preferiram a dispensa;
- 2) em seguida, os empregados beneficiados com aposentadoria definitiva pela Previdência Social ou por alguma forma de Previdência privada;
- 3) finalmente, os empregados com menor tempo de casa e, entre estes, os solteiros, os de menor faixa etária e os de menores encargos familiares.

Censura e demissões políticas na Folha

A Folha de Londrina demitiu em Londrina dois jornalistas no início de março, aparentemente por motivos políticos. A dire o da empresa alegou que os profissionais foram dispensados por critérios de competência. Um dos jornalistas demitidos, Lino Ramos, foi o repórter que fez a cobertura de uma entrevista na qual o Ministério Público divulgou a a o que pede o bloqueio dos bens do deputado federal José Janene, do ex-prefeito Antonio Belinati e do deputado estadual Antonio Carlos Belinati, para devolverem o dinheiro desviado da prefeitura, matéria que a Folha vetou. "Estranha coincidência", comentou a dire o do Sindicato dos Jornalistas de Londrina em boletim logo após a demissão.

Quatro dias depois de demitir Lino, a Folha dispensou outro profissional da reda o. Rodrigo Grotta, que escreve uma coluna pessoal na Internet, fez comentários na web sobre "a absurda demissão" do colega Lino Ramos. O Sindicato dos Jornalistas de Londrina divulgou três notas, primeiro repudiando a censura   matéria, e depois a demissão dos dois profissionais.

Na primeira nota, o Sindicato dos Jornalistas de Londrina destacou que, "ao deixar de publicar uma matéria sobre o desdobramento do escândalo AMA-COMURB, a Folha desrespeitou o trabalho de todos os jornalistas da empresa, que procuram apurar com rigor e responsabilidade os fatos. E, o que   pior, desrespeitou o leitor do seu jornal, ao

priv -lo de uma informa o de tal importância, prestando um desserviço   democracia".

Nas outras duas notas, o Sindicato lembrou que, desta forma, "o jornal se d  ao luxo de errar quantas vezes quiser – afinal, sempre haverá um jornalista para pagar pelos erros da empresa". E acrescentou: "Em menos de cinco dias, (o jornal) conseguiu demitir dois jornalistas competentes e talentosos. O que só faz aumentar a desconfiança da comunidade."

No dia 16 de março, o Sindicato, com o apoio da Comissão pela Moraliza o Pública de Londrina – movimento civil que atuou com firmeza pela cassan o do ex-prefeito Antonio Belinati -, promoveu manifesta o pública em defesa dos dois profissionais demitidos.



Imprensa

Por que os grandes jornais deixam de publicar o que mais interessa?

Irandy Ferreira

“Crise da imprensa ou crise do governo?” Foi com esta pergunta, direta e sem ardeios, que o companheiro e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Mário Messagi Júnior, deu a tônica de seu objetivo editorial de apresentação do primeiro número do jornal Extra Pauta deste 2002, que só agora começa pra valer. E eu responderia, do alto da minha modesta experiência de homem de imprensa já passando dos 30 anos de janela, tendo de comer o pão que o diabo amassou nesta verdadeira guerrilha pela sobrevivência que significa ser jornalista em um país do terceiro mundo: as duas coisas, presidente, sem tirar nem acrescentar.

Tanto um como o outro não conseguem caber em si em omissão quanto a suas responsabilidades, por isso há uma convivência mútua muito interessante neste sentido. A imprensa – por conta de um comprometimento que a deixa cada vez mais distante da lógica de ser um dos principais poderes da comunidade mundial. E o governo é isto que temos visto, de malversação do dinheiro público, corrupção e da extrema facilidade com que se desinteressa (ou não convém?) pelas questões mais cruciais da população. Por exemplo: comprar o silêncio da imprensa é crime, além de uma grave falta de respeito à opinião pública e aos poderes constituídos.

Nada mudou, desde quando o Brasil foi descoberto pelos navegadores portugueses. Os homens passam, os poderes continuam e a imprensa se repete cada vez mais comprometida com os governantes, na proporção em que se torna impossível fazer jornalismo em um país que se diz emergente, com dezenas de milhares de pessoas morrendo de fome e outros tantos milhares de analfabetos. Para que se tenha uma idéia do problema, cerca de 46% das terras no Brasil estão nas mãos de menos de 1% das pessoas que se fizeram latifundiários e ainda achamos isto muito natural. Aqui, caberia outra pergunta: Qual o jornal brasileiro que conseguiria sobreviver longe das suculentas tetas do governo, fazendo o jornalismo independente como todos gostaríamos, na verdadeira função de paladino dos interesses da opinião pública? A resposta, no óbvio de seu conteúdo, justificaria também a inexistência de uma publicação de linha de esquerda. Eta imprensazinha de merda, heim!

Talvez aqui resida, por exemplo, o pouco interesse que temos em divulgar fatos que possam comprometer politicamente os planos do maior anunciante que é o governo. No Paraná, para não fugir muito da área regional, ninguém ainda procurou ou quis saber da sorte dos Jogos Mundiais da Natureza, que durante algumas edições serviram para segurar o índice de popularidade do governador Jaime Lerner. Quais as cifras utilizadas na implantação de uma infra-estrutura esportiva (raias, quadras, parques e pontos de competição que pelo menos justificassem a presença de delegações estrangeiras na região, etc.) que jamais existiu? Em que jornal já foi escrito que o governo Lerner é o campeão nacional de



não pagamento de precatórios judiciais? Não ficou bem esclarecido, por outro lado, o que representou aos cofres públicos o time de voleibol do Rexona (atletas e técnico vindo de fora, por conta de salários mirabolantes), entendendo que sem uma contrapartida financeira do governo seria praticamente difícil a realização do oneroso projeto da Secretaria do Esporte. E a imprensa sequer suspeitou de tal possibilidade.

Também nenhum jornal paranaense se arriscou a sair na guarda da população no caso da existência, na capital, de uma suposta indústria de multas de trânsito. O Código brasileiro determina: sinalização à distância de pelo menos 300 metros do local onde se encontre um radar (sinalização eletrônica); campanhas educativas intensas e objetivas através da imprensa; e a eliminação dos chamados quebra-molas. Por que é então que Curitiba ousou passar por cima de tudo isso? Como vem sendo encaminhado o caso da denúncia de Caixa 2 na campanha que reeleveu o prefeito Cássio Taniguchi? Por que é que ninguém – dos jornais, é claro – sai em defesa da população quando o IPTU é apresentado às residências com índices de reajuste escorchantes? Alguém apurou, por acaso, as razões que levariam o governo Lerner a vender a Copel, a estatal mais sólida do estado? Negligência passa a ser sinônimo de conveniência no dicionário de uma imprensa corrupta e manipulada, que sempre viveu com o rabo preso.

No âmbito nacional, por que as grandes publicações brasileiras só se perfilam com os candidatos oficiais à presidência da República? Por que neste país só se procura escancarar fatos que denigram a imagem da esquerda? Se a greve – evidente que também os movimentos do campo, como as invasões de terra, etc. – é um direito garantido pela Constituição, por que então todo o movimento de tal ordem, de uma forma quase que global, é considerado ilegal no Brasil?

A rigor, na recente invasão da fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Burititis (Minas Gerais), nenhum jornal se preocupou em esclarecer as razões que levam o governo a insistir tratar-se de propriedade de um filho do governante. Se houve por parte dos sem-terra invasão à privacidade do presidente e da primeira dama, se os charutos presenteados por Fidel Castro estavam lá, é porque a fazenda pertence mesmo a Fernando Henrique e não ao filho. A desocupação da propriedade em questão, procedida usando forças da Polícia Federal e do Exército (os sem-terra algemados, com as mãos para trás, debruçados com a cara na lama, foi no mínimo patético), já é suficiente para esclarecer a total negligência jornalística.

Apesar de toda essa falta de seriedade jornalística, da mania idiota de alguns modernistas de plantão que vivem a experimentar alterações às diretrizes da língua portuguesa (a vulgarização de textos sem coordenação, divorciados dos artigos e variações pronominais, sem a preocupação de ilustrar o leitor, por exemplo, é perigosa e contagiante: ...fulano de tal, 40, em vez de 40 anos; a arma pertence comerciante, em vez de ao comerciante, etc.), os jornais brasileiros enfrentaram há algum tempo consideráveis transformações gráficas para melhor. Estão ficando atraentes, mais bonitinhos, admita-se.

No entanto, do ponto de vista administrativo/editorial, eles se comportam como sempre souberam fazer. Carentes de um planejamento verdadeiramente empresarial direcionado às exigências da demanda ledora e algumas vezes administrados por famílias, o que de certa forma os mantém hermeticamente fechados a novas idéias, os considerados grandes jornais brasileiros seguem na sua eterna subserviência ao oficialato. Pagam salários miseráveis, protegem meia dúzia de puxa-sacos e demitem a rodo, em nome da modernização de uma imprensa fedorenta e por conta da subida inevitável do dólar.

E muita atenção, turma: já se prega no Brasil – bem ao ensejo das alterações que o governo pretende exercitar na por enquanto sólida CLT – pelo fim da formação do jornalista em currículos universitários; e ganha corpo o lobby patronal favorável à idéia do aumento da carga diária de trabalho de 5 para 7 horas – obviamente sem a responsabilidade da compensação financeira. O lamentável é que, ao mesmo tempo em que admitem em profusão, com a clara preferência pelos estagiários, que se sujeitam a receber salários abaixo do piso e abrem mão do extra, eles sepultam os profissionais mais experientes, numa proporção que chega às vezes a 4 por 1 – em nome da maldita conveniência de ter que colaborar com o programa oficial de maquiagem dos índices de desemprego no país. É como também acontece com a inflação no governo Fernando Henrique, apesar de o dia-a-dia sugerir uma matemática mais exata. Não é brincado mesmo, gente!...

Irandy Ferreira é jornalista



campanha nacional

Plebiscito sobre a Alca no Brasil, em setembro

A Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) realizará, de 1º a 7 de setembro deste ano, um plebiscito em todo o país sobre a participação do Brasil no tratado, que deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2005, depois de ratificado pelos parlamentos nacionais em 2004. Da campanha fazem parte muitas entidades, movimentos populares, ONGs e partidos políticos, que até a data do plebiscito realizarão inúmeros debates e manifestações para esclarecer a população sobre as conseqüências da entrada do Brasil no acordo. Em outubro, os resultados do plebiscito serão entregues aos ministros de todos os países americanos, que estarão reunidos em Quito, no Equador, para decidir sobre a Alca.

O tratado que integra o Brasil no processo de formação da Alca foi assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 22 de abril do ano passado, em Quebec, no Canadá. A decisão de Fernando Henrique foi tomada sem nenhuma consulta ao povo brasileiro, coerente com a política de subordinação às finanças internacionais que aplicou em seu governo. Segundo analistas econômicos e políticos, o acordo é prejudicial aos países da América Latina, e sobretudo ao Brasil. O jurista Fábio Konder Comparato, citando o artigo quarto da Constituição Federal, diz que “a participação do Brasil nas negociações visando a criação da Alca é inconstitucional e impatriótica”.

A Alca é basicamente uma expansão, para a América Central e do Sul, do Nafta (sigla em inglês do Acordo de Livre Comércio da América do Norte), assinado por Estados Unidos, Canadá e México em 1993. Em um cenário de acirramento da competição econômica com a União Européia e os países da Ásia, os Estados Unidos têm procurado consolidar uma reserva de mercado para suas empresas e investimentos, absorvendo o restante do continente americano.

Conseqüências desastrosas

Segundo os organizadores da Campanha contra a Alca, desde que entrou em vigor, o Nafta demonstrou as conseqüências desastrosas que o livre comércio e circulação de capitais trazem para os trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente. O México, depois de ingressar no Nafta, teve a sua economia totalmente controlada pelas grandes empresas dos Estados Unidos, com conseqüências sociais desastrosas. O número de mexicanos que ganham menos de um salário mínimo aumentou em 1 milhão e 8 milhões de famílias ficaram mais pobres.

As negociações da Alca foram iniciadas em 1994 e conduzidas em completo sigilo, ignorando os

repetidos apelos a um debate aberto e democrático. Nem os povos da região, nem as organizações sindicais e sociais, nem os parlamentos puderam participar dos debates ou conhecer o andamento dos acordos. Mas os grandes grupos empresariais norte-americanos puderam atuar como juntas consultivas no Comitê de Negociações Comerciais.

A experiência do Nafta mostrou, segundo as organizações contrárias à implantação da Alca, como os direitos trabalhistas mais básicos foram corroídos pelos acordos do livre comércio. A tendência é o rebaixamento dos salários e a deterioração das condições de trabalho. Com a Alca, os empresários poderão transferir suas empresas para os países que pagarem salários mais baixos e tiverem menos direitos sociais, promovendo uma gigantesca “guerra fiscal” em escala continental, em que os assalariados serão sempre prejudicados.

Se a Alca entrar em vigor, as empresas poderão questionar “judicialmente” qualquer norma nacional destinada a preservar o meio ambiente e a saúde, que elas considerem um obstáculo ao comércio ou ao investimento – do código de defesa do consumidor às normas de controle de poluentes, da regulação da ação das madeiras à proibição de remédios inseguros. Isto significará aprofundar uma política de privatização e depredação dos recursos naturais e descuido do meio ambiente e das populações dos países que comporão a Alca.

Riscos evidentes

Segundo as organizações que participam da Campanha Nacional contra a Alca, a implantação do acordo vai desintegrar a cultura própria de cada povo, pela pressão homogeneizadora da mídia global. Vai afetar a agricultura familiar e a segurança alimentar dos povos. Vai subordinar as necessidades das pessoas ao jogo do mercado. E vai privatizar ainda mais os serviços públicos. Além disso, vai acelerar a desnacionalização da economia do país e a quebra das pequenas e médias empresas.

“A disparidade de dimensão econômica, de dinamismo tecnológico, de força empresarial e financeira das megamultinationais americanas em comparação com as empresas brasileiras é extraordinária e gritante. Este fato, aliado à grande diferença de níveis tarifários, torna certo um resultado extremamente negativo para o conjunto do comércio brasileiro de bens e serviços, no caso de vir a ser firmado e implementado o acordo da Alca”, afirma o ex-embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que foi exonerado do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamaraty por causa de suas opiniões sobre o acordo.



Os riscos da participação do Brasil na Alca são tão evidentes que até o insuspeito *O Estado de S. Paulo*, conhecido por suas simpatias pelos Estados Unidos, tem chiado. Com base num relatório de 42 páginas, elaborado pelo grupo negociador da Alca do tema investimento e que vazou pela imprensa, o jornal ironizou: “As multinacionais terão poder para processar governos e cobrar indenizações até se tiverem algum tipo de prejuízo em conseqüência de manifestações de rua.”

O governo Fernando Henrique Cardoso já está aplicando a Alca no Brasil, com algumas iniciativas articuladas no Congresso Nacional. É o caso das mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que flexibilizam a lei e possibilitam a redução de direitos trabalhistas e sociais. Também a lei dos transgênicos tem um projeto para ser suavizada, como exigência da transnacional Monsanto para penetrar com toda liberdade no país. A lei que abre os meios de comunicação para o capital estrangeiro favorece, igualmente, os interesses dos Estados Unidos.

A Alca é um projeto de interesse unicamente dos grandes grupos empresariais, principalmente norte-americanos, vinculados às finanças globalizadas. Favorece uns poucos poderosos e prejudica a enorme maioria da população do continente. As organizações sindicais nacionais e regionais, os grupos ambientalistas e de direitos civis, os movimentos camponeses, indígenas, de jovens e de mulheres de todo o continente se pronunciaram abertamente contra a Alca. Há vários anos estas organizações vêm realizando fóruns e protestos contra este acordo, denunciando o retrocesso que ele significará, se efetivado.



mídia

Circulação e publicidade caem em 2001

Em 2001, houve uma diminuição na circulação dos jornais brasileiros. Também caiu o volume das verbas publicitárias. Mesmo com a queda, o faturamento bruto de 2001 não ficou muito abaixo do que ocorreu em 2000, ano em que houve um crescimento de quase 25 por cento. Essa queda aconteceu depois de quatro anos de crescimento contínuo, segundo o Projeto Intermeios, divulgado por Meio&Mensagem.

Segundo o Projeto Intermeios, o faturamento publicitário bruto dos diversos meios de comunicação sofreu no ano passado uma queda de 5,39 por cento. Assim como os demais, o meio jornal também apresentou um resultado negativo, pois captou R\$ 1,975 bilhão em 2001, contra R\$ 2,113 bilhões em 2000, com uma retração de 6,56 por cento. Mas cresceu no seu percentual de participação no bolo publicitário, que foi de 21,2 por cento em 2001, contra 19,5 por cento em 2000.

Como o Projeto Intermeios mede 90 por cento dos investimentos em mídia no país, os dados referem-se ao faturamento bruto dos veículos. Nesse valor calculam-se os 10 por cento restantes mais outro percentual relativo à produção de peças publicitárias. Com isso, o volume total estimado movimentado pelo mercado publicitário em 2001 foi de R\$ 12,8 bilhões, com uma queda de apenas 0,7 por cento em relação ao valor total estimado em 2000, que foi de R\$ 12,872 bilhões.

Em 2001, o bolo publicitário foi dividido da seguinte maneira: TV Aberta, 57,3 por cento; Jornal, 21,2 por cento; Revista, 10,6 por cento; Rádio, 4,7 por cento;



Outdoor, 2,5 por cento; Exterior, 2,2 por cento; e TV por Assinatura, 1,5 por cento. Todos os meios de comunicação do Brasil tiveram queda em seu faturamento bruto, em 2001: TV Aberta, -3,64 por cento; Jornal, -6,56 por cento; Revista, -5,55 por cento; Rádio, -8,42 por cento; Outdoor, -21 por cento; Exterior, -5,26 por cento; TV por Assinatura, -11,73 por cento.

A queda na circulação dos jornais ocorreu basicamente a partir de maio de 2001, com a redução do ritmo da atividade econômica. Nos três primeiros meses, segundo o Instituto Verificador de Circulação, houve expansão entre 9 por cento e 10,2 por cento. A queda se acentuou entre maio e julho, diminuiu um pouco em agosto, e se agravou cada vez mais a partir daí. O recuo mais forte foi registrado em dezembro, quando a circulação de jornais foi 14,1 por cento inferior à de dezembro de 2000.

Desde 1990, a circulação de jornais no Brasil cresceu 81,47 por cento, mesmo computando-se o recuo verificado em 2001. Até 2000, o crescimento acumulado era de 84,35 por cento. Nesses doze anos, apenas em 1994, 1996 e 2001 houve queda na circulação.

Circulação diária média		
Ano	Mil exemplares/dia	Crescimento (%)
1990	4.276	-
1991	5.340	24,8
1992	5.621	5,26
1993	6.296	12,01
1994	5.896	-6,35
1995	6.551	11,1
1996	6.472	-2,20
1997	6.892	6,48
1998	7.160	3,88
1999	7.245	1,18
2000	7.883	8,80
2001	7.670	-2,70

Fonte: Instituto Verificador de Circulação



liberdade de expressão

Tempos difíceis para o jornalismo



O exercício da profissão de jornalista sofreu ataques duros em todos os continentes em 2001. Segundo o relatório sobre a liberdade de imprensa no mundo publicado no dia 2 de maio pela organização internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF), no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a situação se degradou sensivelmente. A repressão aos meios de comunicação ganha terreno em muitos países, como os Estados Unidos e o Canadá, e na Europa, sobretudo na Itália e na Áustria. Na América Latina, com exceção da Colômbia, houve progressos no Chile e no Peru. No Brasil, continua a impunidade aos assassinos de jornalistas.

Em 2001, 31 jornalistas foram mortos por estarem em áreas de combate ou porque foram abatidos deliberadamente por terem feito investigações ou publicado matérias sobre assuntos "sensíveis". Eram 32 em 2000. Os interrogatórios de jornalistas (489) aumentaram 50% em relação a 2000, as ameaças e agressões cresceram 40% (716 casos arrolados), enquanto os atos de censura contra veículos de comunicação evoluíram 28% (378 situações registradas). Outra organização internacional, a Associação Mundial de Jornais, contabiliza 58 jornalistas mortos em 2001.

O relatório de Repórteres sem Fronteiras aponta que "cada vez mais jornalistas estão atrás das grades por terem denunciado uma malversação, criticado a administração de um dirigente ou expressado preocupações de qualquer tipo, em resumo, por terem exercido a sua profissão". O número de presos era 110 no final de 2001, em comparação aos 74 de um ano antes.

Repórteres sem Fronteiras destaca que aproximadamente um terço dos habitantes do planeta ainda vivem em países onde a liberdade de imprensa não é reconhecida. Num relatório volumoso (com 700

páginas), 150 países são citados. Um bom número de governos exerce um controle absoluto sobre a informação, quer se trate de regimes de partido único como a Síria e o Iraque, de ditaduras militares como a Birmânia ou de monarquias como a Arábia Saudita. A China, que aderiu ao neoliberalismo na economia, se aplica em reforçar o controle sobre os meios de comunicação, em especial sobre as publicações regionais. Vigia de perto a Internet e só permite a veiculação de informações "ortodoxas".

Repressão violenta

Segundo Repórteres sem Fronteiras, um bom número de países dão a ilusão de serem países democráticos, mas não são mais que "enfeites de cartão postal". É o caso da Tunísia, "onde o regime policial do presidente Ben Ali controla com mão de ferro os meios de comunicação privados e públicos, exerce uma repressão violenta e se coloca como vítima toda vez que é acusado". Outros países legalizaram a repressão: no Panamá, um texto prevê "penas de prisão por 'difamação' ou 'atentado à honra'". Na Guatemala, os jornalistas que tiverem uma "conduta moral incorreta no exercício de suas funções" podem ser proibidos de exercer a profissão.

Em alguns países da África, a "divulgação de notícias falsas" ou de "injúrias ao chefe de Estado" é punida com penas de prisão pesadas. Na Colômbia, o relatório observa que as guerrilhas de um lado e as milícias paramilitares de outro se dedicam a calar as vozes que incomodam. Depois de anos de abertura, a repressão voltou com força em países como Bangladesh, Eritreia, Haiti, Nepal e Zimbábue. Nos territórios ocupados pelo exército israelense, mais de 50 jornalistas foram feridos desde o início da segunda Intifada.

Já no dia 18 de abril, Repórteres sem Fronteiras havia divulgado um relatório bastante duro contra a política das autoridades de Israel em relação à cobertura dos meios de comunicação nas cidades palestinas ocupadas. Até aquela data, sete jornalistas haviam sido feridos a bala, quatro jornalistas presos, 15 interrogados, 60 tomados como alvo, 20 maltratados ou ameaçados, 20 privados de passaporte, carteira de imprensa ou material, um jornalista expulso e dez escritórios de meios de comunicação árabes ocupados ou depredados.

Apesar dos problemas, algumas vitórias foram registradas. Depois de nove anos de prisão, o jornalista sírio Nizar Nayyuf foi libertado e o birmanês San San Nweh pôde deixar a prisão em Rangum. Mas a Birmânia (hoje Mianmar) continua mantendo, junto com o Irã, o triste privilégio de figurar em primeiro lugar na lista de jornalistas presos (18). Alguns países adotaram uma legislação mais evoluída, como ocorreu no Chile e no Peru.

Europa e Estados Unidos

Mesmo com essas iniciativas animadoras, o relatório de Repórteres sem Fronteiras observa que "as deficiências se multiplicam" nas democracias, na América do Norte, na Ásia e na Europa. As conseqüências dos atentados de 11 de setembro de 2001 continuam a se fazer sentir nos Estados Unidos e no Canadá. Vários textos de lei foram adotados para combater o terrorismo e algumas medidas, como o USA Patriot Act, colocam em xeque o segredo das fontes ou reforçam consideravelmente a vigilância na Internet, fragilizando o princípio fundamental da livre circulação da informação. "Na guerra iniciada contra "as forças do mal", a administração Bush tem sido pouco cuidadosa nos meios utilizados", destaca o relatório de Repórteres sem Fronteiras.

Na Itália, onde o chefe de governo, Silvio Berlusconi, controla as televisões públicas e privadas, a repressão às manifestações organizadas contra a globalização na cúpula de Gênova, deixou um morto e muitos feridos, entre os quais 19 jornalistas. O relatório também denuncia os assassinatos por grupos armados na Espanha e no Reino Unido nos conflitos basco e irlandês e as concentrações na imprensa escrita e as intervenções nas redações da televisão pública na Áustria. Da mesma forma, o direito de informar sofreu agressões na França e na Alemanha, ilustradas sobretudo por interrogatórios e condenações de jornalistas. Fatos que mostram que o Velho Continente também entrou numa espiral preocupante.

Como costuma fazer todos os anos, a organização Repórteres sem Fronteiras vai publicar nos próximos dias relatórios com mais detalhes sobre a liberdade de expressão em cada continente. O seu endereço na Internet é www.rsf.fr e há textos em inglês, francês e espanhol. A sede de Repórteres sem Fronteiras fica em Paris, conta seções nacionais e representações em 18 países, correspondentes em mais cem países e se dedica à defesa da liberdade de expressão em todo o mundo.

Números do relatório, em 2001

31	jornalistas mortos
110	jornalistas presos
489	jornalistas interrogados
716	jornalistas ameaçados e agredidos
378	atos de censura contra veículos de comunicação



7º prêmio sangue novo

Solenidade de entrega será em 11 de junho

A entrega do 7º Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná com o apoio do HSBC, está prevista para 11 de junho, no Teatro do HSBC, na Avenida Luiz Xavier (Boca Maldita), às 19h. Depois da entrega dos prêmios haverá festa no Café Curaçao. Alunos de onze instituições concorrem nas onze categorias do prêmio, num total de 111 trabalhos inscritos, elaborados por 308 alunos. A novidade deste ano é a primeira participação de alunos de cinco novas instituições de ensino: Cesumar de Maringá, Fadep de Pato Branco, Fao-Opet, UDC de Foz do Iguaçu e Uniandrade.

A Pontifícia Universidade Católica (PUC) foi a instituição com maior número de trabalhos inscritos. Ela contribuiu com 25 trabalhos contra 20 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 20 da Unicenp, 16 da

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 16 da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), 7 da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2 da Cesumar, 2 da Fadep, 1 da Fao-Opet, 1 da Universidade Dinâmica de Foz do Iguaçu e 1 da Uniandrade. No ano passado, a maior participação foi da UEL, com 43 trabalhos.

Categorias

A categoria Reportagem Impressa registrou o maior número de inscrições. São 31 trabalhos, o que representa mais de um terço do total de inscrições deste Sangue Novo. A segunda categoria com mais inscrições é Projeto Jornalismo Livre, com 24 trabalhos. Reportagem para Televisão e Reportagem para Rádio foram as categorias com menor número de inscrições no prêmio, a primeira com quatro e a segunda com cinco trabalhos.

Na sétima edição do Sangue Novo, como tem ocorrido nos anos anteriores, a maioria dos trabalhos é produzida por acadêmicos do 4º e 3º anos. Mas também um bom número de alunos de 2º ano estão concorrendo, como é o caso da PUC, com 20 alunos inscritos, e da UEL, com 18. No total, 308 alunos estão participando este ano: 80 da PUC, 68 da Unicenp, 50 da UFPR, 44 da Tuiuti, 28 da UEPG, 23 da UEL, 5 da Fao-Opet, 4 da Uniandrade, 3 da Cesumar, 2 da Fadep e 1 da UDC. Destes, 144 são do 4º ano, 97 do 3º, 61 do 2º e 6 do 1º.

Segundo o coordenador do 7º Prêmio Sangue Novo, Marcos Antônio Assef, a fase de avaliação dos trabalhos já está quase concluída. O vencedor de cada categoria receberá como prêmio individual 50 reais de vale-livro e será sorteado um microcomputador entre todos os vencedores.

Anúncio Diário Popular



ensino

Comunicação crítica em sala de aula

Iniciativa inédita de escola em Curitiba visa apurar o senso crítico das novas gerações em relação à mídia

A recente profusão de diferentes tecnologias trouxe ao século XXI a cognominação de “Era da Informação”. Os novos meios de captar, armazenar e gerenciar dados, por meio de computadores, estão provocando um crescimento exponencial dos fatos com os quais as pessoas têm que lidar diariamente.

Segundo Leão Serra, professor no curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e autor do livro “Jornalismo e Desinformação” (pela Editora Senac), cada uma das doze maiores agências mundiais de notícias distribui de 6 a 8 mil despachos todos os dias. Serra escreve em seu livro que uma edição do jornal *The New York Times* contém mais informações do que tudo o que um homem médio do século XV apreendeu em toda a sua vida. “Em um ano, um norte-americano médio terá lido cem jornais e revistas, assistido a 2.463 horas de televisão e ouvido 730 horas de rádio”, conta. Se calcularmos que um ano tem 8.760 horas, somando apenas o tempo em frente às mídias eletrônicas, um americano médio passaria quase um terço de sua vida recebendo informações por meio delas.

Partindo do princípio de que as mídias formam uma parcela importante do ambiente social das novas gerações, a Escola III Milênio de Educação Infantil e Ensino Fundamental, de Curitiba, foi pioneira no ensino da “Comunicação” como disciplina.

O interesse dos jovens pela área da comunicação social, na qual estão inseridos os cursos de Jornalismo e Publicidade, refletiu-se na relação candidato/vaga do vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2002. No último teste seletivo da UFPR, inscreveram-se, respectivamente, 905 e 856 alunos para as 30 vagas dos dois cursos (30,17 e 28,53 candidatos/vaga).

A sociedade em geral ainda é pouco crítica em relação ao que lhe é imposto pelos meios de comunicação de massa, segundo o coordenador do curso de jornalismo da UFPR e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná,

Mário Messagi Júnior. “É muito importante que o tema ‘comunicação’ seja debatido nas diversas disciplinas do Ensino Fundamental e Médio”, diz. Para ele, a abordagem da comunicação em sala de aula estimula o senso crítico dos estudantes a partir do momento em que desperta neles a sensibilidade para “ler” as mensagens veiculadas com mais apuro e conhecimento de causa. “As pessoas relacionam boa parte de sua vida com os meios de comunicação, mas debatem muito pouco as suas mensagens. Hoje as mídias são grandes formadoras de hábitos e opiniões, e não é exagero dizer que elas, junto com as famílias e outras instituições, são parte fundamental do processo educativo dos alunos.”

Disciplina multimídia

A professora Olívia Souza de Lima, supervisora pedagógica do Mileninho, avalia que o primeiro ano de funcionamento da disciplina foi um sucesso. Segundo ela, em 2002 os projetos iniciados no ano passado serão aperfeiçoados com o objetivo de dar continuidade às atividades programadas.

Além de diversas visitas a jornais, redes de televisão e universidades, os alunos assistiram palestras com profissionais da área de comunicação social. “Durante as aulas, os alunos foram motivados a pesquisar no Laboratório de Informática sobre temas polêmicos e atuais, para os apresentarem para seus colegas”, conta. “Aprenderam a fazer fotografias, filmagens, entrevistas, exposições e escreveram um jornal, produzido com o auxílio dos acadêmicos do curso de jornalismo da PUC”.

Quem ministra as aulas de comunicação é a professora Zeceleide Ritta Dadalt Berrenbrock, com mais de 20 anos de experiência no assunto. Ela explica que a abordagem da comunicação se dá por meio das outras disciplinas, como Português, História, Matemática e Ciências. “É essencial trabalhar com todas as disciplinas. Nós passamos para o aluno noções de rádio, televisão, jornalismo impresso e fotografia. Tudo o que gera



A comunicação é parte fundamental do processo educativo dos alunos

comunicação é trabalhado em sala de aula”, explica. “Também fazemos uma análise crítica dessas mídias. Quais as suas vantagens e desvantagens, quando deixam de ser imparciais e passam a ser especulativas e o que elas podem oferecer ao público”.

Assim, no ano passado, além de estudarem a comunicação de forma geral e abrangente, os alunos tiveram conteúdos específicos para cada turma. Os alunos da primeira série estudaram teatro, os da segunda fotografia, os da terceira televisão e os da quarta jornal. A quinta série aprofundou conhecimentos em fotografia, a sexta em jornal impresso, a sétima em rádio e a oitava em produção de vídeo.

Para a professora Olívia, o estudo das diversas linguagens da mídia tem importância devido à sua relação com o aprendizado do ser humano. “A linguagem que permite a comunicação entre os homens é ao mesmo tempo individual e social, pois através dela cada um pode se expressar individualmente e ter acesso ao saber cultural acumulado pela sociedade”, finaliza.

Quando uma empresa abre as portas,
fecha outra para o desemprego.

Agência Curitiba: Av. Vicente Machado, 589 - CEP 80420-010 Fone/Fax: (41) 219-8000 E-mail: brdecw@brde.com.br / www.brde.com.br



dia do jornalista

Mais produtividade e menos informações

Poucas atividades mudaram com tanta rapidez nos últimos anos como a do jornalista. De aventureiro, boêmio, romântico e polemista temido, ele se converteu no especialista da informação. O uso intenso da informática e das telecomunicações, o surgimento da Internet e da multimídia, o profissionalismo e a especialização são algumas das características atuais da profissão.

No plano mundial, as novas tecnologias modificaram o jornalismo e permitiram a formação de grandes grupos de mídia com ambições planetárias. A transmissão instantânea e ao vivo mudou as condições de captação da notícia. Entre as empresas de comunicação, a multimídia vai se impondo, e os grandes grupos passaram a controlar desde os meios mais antigos como jornais, revistas, rádios, televisão e editoras, até bancos de dados, provedores e portais na Internet e fábricas de games.

Na imprensa brasileira, transformações profundas foram introduzidas a partir dos anos 80. O jornalismo se profissionalizou, os veículos investiram pesado em tecnologia, os negócios se diversificaram e, pelo menos nas empresas mais modernas e eficientes, implantou-se de vez o conceito de indústria da informação. Porém, mesmo com todas essas transformações, uma coisa permaneceu imutável: os grandes veículos continuam defendendo os interesses das elites e dos governos de plantão, alheios à democratização da comunicação.

Na mídia dos Estados Unidos, que os meios de comunicação brasileiros têm adotado como modelo nos últimos anos, a tendência é unificar as redações de

todos os meios, como ocorre na Tribune Company, conglomerado de mídia que adota as tecnologias da informação mais avançadas e publica o jornal *Chicago Tribune*. A integração dos diversos meios afeta o trabalho dos jornalistas e a qualidade da informação produzida.

No *Chicago Tribune*, os jornalistas trabalham mais, têm menos tempo para fazer pesquisas e redigi-las e produzem informações cada vez mais superficiais. Ainda existem equipes diferentes para o jornalismo impresso, a Internet e o telejornal local, mas nada mais as separa. A *Tribune* redefiniu o papel dos repórteres para que trabalhem em várias mídias ao mesmo tempo.

Agora, um repórter pode escrever uma matéria para a edição da noite, aparecer na televisão para apresentar o mesmo acontecimento e sugerir aos especialistas da Internet links com outros sites ou acontecimentos. Essas práticas absorvem parte do tempo que os jornalistas destinavam à pesquisa, exigindo deles novas aptidões profissionais (ser telegênico, por exemplo) e uma redação que pode ser adaptada a todos os tipos de suporte.

O resultado é que, na televisão, as matérias se parecem cada vez mais com mini-reportagens para tela pequena. Esse tipo de informação é adotado com maior frequência em todos os meios. O jornalismo de pesquisa e os assuntos que exigem investigação e reflexão aprofundada são muitas vezes excluídos. O resultado é uma rarefação de informações sérias oferecidas aos leitores.

Além disso, os donos de imprensa norte-americanos



quebraram o muro que separa a redação do jornal e a sua divisão comercial. Hoje, 192 jornais diários e semanários fazem reuniões entre os dois setores. Mas, se essa mistura de gêneros é perigosa, tornará um pouco mais transparente a natureza comercial da indústria da mídia, o que talvez permita acelerar o movimento de desconfiar da opinião a respeito da informação que lhe é vendida, afirma Eric Klinenberg, pesquisador na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos.

Fazendo votos que essa tendência não venha a prevalecer no jornalismo brasileiro, o Extra Pauta pediu a três jornalistas – um que está no início da carreira, outro da faixa etária intermediária que exerce a profissão no interior e uma veterana da imprensa paranaense – que escrevessem como vêem hoje a atuação e as perspectivas de sua faixa etária no jornalismo do estado. Os seus textos são publicados a seguir.

Será que um dia vai melhorar?

Rogério Waldriques Galindo

Cheguei há dois anos para trabalhar na imprensa paranaense. Desde lá, faço a mesma pergunta que todos os meus colegas novatos de profissão. Será que um dia vai melhorar? Tenho ouvido respostas diferentes não só dependendo de quem fala como também da época em que pergunto. Dois anos atrás, depois de uma limpa que tirou camada grossa de sujeira das redações e com dinheiro que parecia não acabar, havia mais otimistas. Hoje, com retração publicitária, fechamento de redações e demissões coletivas, não há quem esteja de cabeça erguida por aí.

Tenho a impressão de que nossa imprensa sofre do mesmo mal que o Brasil, país do futuro que nunca chegou a ser. Nossos jornais têm tudo para estar entre os melhores do país. Dinheiro, estrutura, público, anunciantes e até bons profissionais. Em se plantando, tudo dá. Mas mesmo assim, estamos longe do nível de nossa concorrência de Rio, São Paulo, Brasília e Porto

Alegre. Conseguimos, no máximo, liderar o segundo pelotão dos diários do país.

Quem põe a culpa no patronato, continua acreditando que tudo se resolverá como em um drama grego. A RBS ou outro novo ramo do empresariado serviria de “deus ex-machina” para a tragédia. Não acredito. Embora ache que a competição fosse ser saudável, empresários têm sempre os mesmos objetivos e o capitalismo leva sempre ao mesmo lugar. Invariavelmente, ou quase isso. Os Sirotsky não têm vocação para Zilda Arns, até onde eu saiba.

Entre meus colegas da mesma idade, há quem ache que a grande saída é fugir para a internet. Eu mesmo penso um pouco assim. Tenho lá meu site, onde digo o que penso e o que não penso, um pouco para exercer a tal liberdade de expressão, um pouco para provocar o pessoal que se acostuma a cumprir só com as obrigações do dia-a-dia. Mas todas as tentativas de fazer jornalismo independente têm falhado nestas terras. Gente competente como Mari

Tortato afundou. Que dizer de nosotros.

A saída real para melhorar nossa imprensa, acredito, está mesmo é na luta de todo dia dentro da redação. Só nós, que trabalhamos na área e que estamos na ativa, é que podemos fazer alguma coisa pelos nossos jornais. Não capitulando, tentando emplacar as pautas em que acreditamos, ficando putos a cada vez que nos derrubarem, seja por interesse de quem for.

Tenho como herói da raça um sujeito que no ramo há uns 30 anos, sempre por aqui. Embora participe da cúpula do jornalismo local, nunca se vendeu. Enfrentou e enfrenta duras gelações por isso. Dia desses, perguntei a ele como andavam as coisas. “Temos vantagem numérica. Mas não estamos nos postos em que poderíamos fazer a diferença”. Acho que é isso.

Rogério Waldriques Galindo, 26 anos, é jornalista formado pela UFPR. Trabalha como repórter da *Gazeta do Povo* e edita o site *Nosotros* (www.geocities.com/rogeriogalindo)



dia do jornalista

Um ponto de vista sobre a profissão jornalista

Douglas Furiatti

Exercer atividades jornalísticas, independentemente de tempo de profissão ou função ocupada, é deparar-se com variados sentimentos. É sentir-se gratificado por cumprir seu papel social, frustrado por sofrer influência de interesses disfarçados atrás de determinados enfoques de matérias ou mesmo atitudes, indignado diante de problemas e fatos presenciados no dia-a-dia, e assim por diante.

Quatro anos de estudo, diploma na mão, ansiedade, receio e idéias na cabeça. Pronto, o jornalista recém-formado imagina que agora, na condição de profissional, pode exercitar o que aprendeu na universidade. Não que isso não seja possível, porém a realidade cotidiana é diferente do mundo acadêmico – fundamental, é claro – e das aspirações de ex-acadêmicos.

A consolidação do capitalismo, refletida nas empresas jornalísticas, tornou clara a perseguição incessante pela lucratividade, atendendo aos interesses político-econômicos de grupos e à troca

de favores entre uma restrita parcela da sociedade. Os ideais de construir uma sociedade justa e lutar contra a realidade atual que impera foi deixada de lado há tempos em decorrência de transformações ocorridas no mundo.

Os prazeres do jornalista de combater – como nos periódicos que se insurgiam contra a ditadura militar que fez parte da História do Brasil – atualmente são substituídos por outras pequenas coisas que o fazem sentir-se gratificado. A emoção de presenciar o reencontro de uma mãe com seus dois filhos que lhe foram tirados há 24 anos, como ocorreu recentemente aqui em Foz do Iguaçu, certamente emociona o profissional que faz de sua vida a cobertura de fatos e a busca de notícias a serem entregues diariamente para milhares de pessoas.

Da mesma forma perceber que uma matéria-denúncia alterou um quadro vigente, ou então ser premiado por um trabalho fruto de dedicação e capacidade; conseguir desenvolver algum projeto pessoal que traga mais experiência e proporcione uma remuneração mais gratificante do que o piso-teto pago pela maioria das empresas jornalísticas do

Paraná, especialmente no interior, também são motivos de incentivo para o prosseguimento da profissão.

Por outro lado, divulgar que o novo salário mínimo do trabalhador é de R\$ 200,00; que o combustível terá o terceiro aumento em um mês; que parlamentares e membros do Executivo são acusados ou estão mesmo envolvidos com corrupção – sobrepondo seus interesses escusos aos da sociedade que os elegeu –; ter impedida uma matéria ou ter seu enfoque alterado porque os donos dos veículos de comunicação não concordam ou não terão proveito disso são frustrações que fazem parte do ofício dos jornalistas.

Porém, em todas as áreas profissionais existem fatores a serem analisados, relevados, engolidos. O importante é que o jornalista não perca o seu ideal, busque alternativas para exercer o seu trabalho com dignidade, envolva-se com questões relativas à profissão, colaborando para o fortalecimento da categoria, o que nunca deve ser deixado de lado.

Douglas Furiatti é jornalista em Foz do Iguaçu

A terceirização das redações

Ruth Bolognese

Pode perguntar a qualquer jornalista, desses que se bandearam para assessorias de imprensa e afins: qual é o maior objeto de desejo profissional? A resposta será sempre a mesma: se o salário valer a pena, a gente quer mesmo é voltar para uma redação. Ora, quem optou por essa profissão está sempre com o pensamento no olho do furacão. Mas o homem é sua circunstância. As vagas foram ficando restritas nos chamados veículos de comunicação e um novo mundo se abriu nas assessorias, com empresas, políticos, campanhas eleitorais, entidades, etc., querendo, a todo custo, se comunicar interna e externamente. E os salários nessas novas frentes de trabalho... bem, nem dá pra chegar a detalhes. Hoje, no Paraná, e desconfio que no resto do país também, o número de jornalistas trabalhando fora, e ao mesmo tempo, para as redações é infinitamente maior do que o pessoal interno.

Não vamos debater aqui se é bom ou ruim para a nossa profissão. O fato é que, se analisarmos a geração que se formou a partir dos anos 70, a grande maioria está em assessorias. Passaram e vivenciaram experiências nas redações de jornais locais e sucursais e acabaram sucumbindo ao canto da sereia. São os mais disputados pelo nome que fizeram, sucessos e contatos. Normalmente, esse currículo aumenta o

cafice na hora da negociação dos chamados “honorários”. Mas é comum, hoje, um grupinho de jornalistas recém-formados sair direto da faculdade e abrir uma pequena empresa de assessoria. Todo mundo, afinal, precisa sobreviver.

O resultado desse novo sistema de trabalho e emprego é que, diariamente, as redações são bombardeadas pelas mais variadas pautas e assuntos levantados pelas assessorias, com grande competência e riqueza de detalhes. Editores e repórteres acabam por receber o material pronto, com fotos, editado e, diante da falta de condições de trabalho – não há gente suficiente nas editorias para cobrir tantas e tão diferentes áreas – acabam por sucumbir à tentação. Ou seguir uma pauta bem levantada.

De uma certa forma, o que está acontecendo é uma espécie de terceirização nas redações, onde a informação que deveria ser investigada, procurada e apurada, já vem empacotada. A imprensa local continua com bons assuntos, mas quando abro o jornal e vejo uma grande matéria sobre determinado tema, me pego perguntando: quem passou a pauta? E os dados?

A experiência nos dois lados da moeda me leva a olhar com preocupação o momento atual. A redação não pode ser estanque, fechada em si mesma. Se a informação é boa, venha de onde vier, não importa. Mas, também, o pauteiro não pode depender, apenas,



dos interesses das assessorias. Uma boa equipe de reportagem tem que ser absolutamente atenta, investigativa e jamais dependente do assessor de quem quer que seja. Para isso, é preciso ter um mix de gente com experiência, gente curiosa, com vontade e sede de saber, exageradamente ousada. Como dizia um velho editor do JB, onde trabalhei por muitos anos, “notícia, meu amigo, é sempre contra”.

Ruth Bolognese é assessora de imprensa da Associação Comercial do Paraná



dia do jornalista

A festa da categoria

Num ambiente descontraído e animado, mais de 250 pessoas estiveram presentes na festa em homenagem aos filiados que o Sindicato promoveu no dia 6 de abril, véspera do Dia do Jornalista. O público aproveitou o churrasco, a cerveja, o futebol, o karaokê e toda a estrutura do Clube Bosch, na Cidade Industrial de Curitiba. Os

primeiros chegaram às 11h. Os últimos, empolgados, só passaram pelo portão de saída às 21h30.

Alguns jornalistas levaram a família para participar da festa. Foi uma ótima oportunidade para rever amigos, relembrar os velhos tempos e exibir as qualidades musicais no karaokê. Também estiveram presentes os vereadores Jorge Bernardi

(PDT), Tadeu Veneri (PT), André Passos (PT) e Paulo Salamuni (PMDB), que defendem as reivindicações dos jornalistas na Câmara Municipal de Curitiba. No final da festa, Silvio Rauth Filho sorteou 25 brindes da Caixa Econômica, da Livraria do Eleotério e da O Boticário. Nas fotos abaixo, alguns momentos

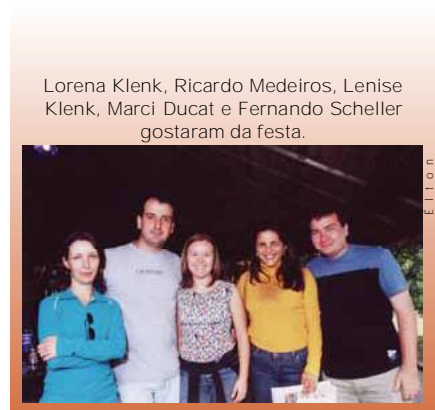
Nas fotos abaixo, alguns momentos



A festa do Dia do Jornalista foi uma das mais concorridas dos últimos anos.

A festa estava muito boa. O lugar é muito agradável, e meus filhos adoraram. Pena que alguns amigos da TV não foram. O pessoal de jornalismo deveria participar mais. Queria ver amigos que trabalham em outras empresas, e não vi. Mas encontros desse tipo devem ser feitos, em locais amplos como este, onde seja possível levar os filhos e ir com os amigos.

Wilson Antônio Pereira da Silva, repórter-cinematográfico da CNT



Lorena Klenk, Ricardo Medeiros, Lenise Klenk, Marci Ducat e Fernando Scheller gostaram da festa.

Foi a primeira vez que fui a uma promoção do Sindicato. Fazia tempo que não me divertia tanto. Encontrei muita gente que eu não via há vários anos. Até exercitei meus dotes de cantora no karaokê. É legal a união fora do ambiente de trabalho. Só que seria interessante não falar muito do trabalho e dos problemas, para conseguir descontrair mais.

Melissa Bergonsi, apresentadora da Rádio CBN



Eduardo Goulart aproveita com o filho o ambiente bucólico do Clube Bosch.

O ambiente estava muito bom, permitindo a união dos jornalistas, que são desunidos. No trabalho existe a rivalidade, cada um procurando realizar o melhor para a sua empresa, o que tira um pouco da união. Esses encontros não devem se limitar só ao Dia do Jornalista, mas ocorrer com mais frequência.

Cícero Back, repórter-fotográfico de O Estado do Paraná



Mário Giovannoni, Elson Faxina, Maigue Gueths, Luis Augusto e a esposa Ilse relembram velhos tempos.



Os vereadores Tadeu Veneri, Jorge Bernardi, André Passos e Paulo Salamuni com o anfitrião Mário Messagi Jr. ao centro.



Leandro Taques e Mário Messagi Jr. castigando a bola, no belo campo da Bosch.



Anúncio da Embratel



TV comunitária

A TV Comunitária refém de interesses pessoais e privados

Luiz Henrique Herrmann

Em janeiro de 2002 foi criada uma crise política na TV Comunitária de Curitiba evidenciada pelo movimento golpista sistematicamente dirigido contra a Coordenação Executiva. Para não compactuar com a situação, a 24 de abril de 2002 deixamos a Coordenação de Secretaria e Administração, cargo que ocupamos desde 25 de abril de 2001.

Como representante do Sindicato dos Jornalistas do Paraná temos o compromisso de defender os princípios que pautam a ação de nossa entidade junto à TV Comunitária: *"O sinal do canal comunitário é destinado às entidades que realmente tenham ação na sociedade. É um bem social, de caráter público e, portanto, plural, controlado democraticamente por um conselho de entidades que verdadeiramente representam segmentos sociais. Sua administração deve obedecer a um plano de trabalho sério e transparente de captação e utilização dos recursos, que assegure à TV autonomia frente ao Estado e aos interesses privados"*.

Hoje a realidade do canal comunitário não corresponde a estes princípios. Vemos seu sinal ser controlado por produtoras privadas apoiadas por entidades – que em boa parte são de fachada – agindo de acordo com os interesses pessoais e privados daqueles que o exploram comercialmente.

A origem - O Sindicato dos Jornalistas é uma das entidades que fundou a Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário em Curitiba, a 12 de março de 1998, em sua sede, e participou do início de sua transmissão pelos canais a cabo 14, da NET, e 63, da TVA, a 7 de agosto de 1998. Organizado com base na lei 8977/95, que regulamentou a televisão a cabo no país, o canal comunitário se destina às entidades não governamentais sem fins lucrativos.

A perda da autonomia do sinal começou com o contrato feito em março de 2001 entre a Paraná Produções, de Johnny Chemberg, e a Associação do Canal Comunitário. O acordo foi intermediado por Glauco Souza Lobo e Emílio Lemos de Lima e aprovado pela gestão anterior do Conselho Deliberativo. A Paraná Produções passou a controlar 50% da produção do canal e a explorar o sinal por cinco horas diárias, sem prestar contas às entidades e à TV. Devido à ação do coordenador geral Julian Fagotti (CUT) conseguiu-se reduzir para duas horas o espaço terceirizado da produtora. Em troca, a produtora faria programas sem custo para as entidades filiadas.

Se, por um lado, o acordo possibilitou que entidades produzissem seus programas, por outro abriu espaço para picardias e fez essas entidades dependerem da produtora para realizar seus programas. Esta sujeição acabou por impedir a implantação de um projeto de construção de um canal autônomo, que possibilitasse à TV financiar os seus próprios programas e favorecesse a produção independente das entidades. Estima-se que o canal possibilite à Paraná Produções a



geração mensal de até R\$ 80 mil em receitas não contabilizadas em favor da TV.

Autonomia - A situação estava sendo revertida a partir de setembro de 2001, quando ocorreu a substituição do representante da Fundação Pedroso Horta na Coordenação de Tesouraria. Entrou Germinal Pocá no lugar de Emílio Lemos de Lima. A partir deste momento passou a ser estabelecido um plano de captação de recursos para dar base ao Plano Diretor 2002. Apoiamos a proposta porque representa um plano sério e transparente de captação e utilização dos recursos, que assegure à TV autonomia frente ao Estado e aos interesses privados. A Associação do Canal Comunitário passaria a vender patrocínio para arrecadar recursos para as produções.

O projeto de autonomia foi contido pelo movimento golpista encabeçado por Laura Jesus de Moura e Costa, representante da Uneap (União das Entidades Ambientalistas), que passou a liderar um grupo de entidades e pessoas vinculadas à produtora contra a Coordenação Executiva, em especial o coordenador geral Julian Fagotti (CUT) e o coordenador de Tesouraria Germinal Pocá (Fundação Pedroso Horta). Estes foram os dois coordenadores que mais se esforçaram para implantar o plano de trabalho que levaria à autonomia da TV Comunitária.

Buscando uma saída política para o impasse que se configurava, a Coordenação Executiva abriu prazo para que as entidades entregassem sugestões ao Plano Diretor 2002, mas ninguém apresentou propostas. As únicas exigências dos golpistas, manifestadas em janeiro, quando pela primeira vez investiram contra a Coordenação Executiva, foram a gratuidade dos programas de entidades e a criação de uma instância deliberativa das entidades que realizam programas (a maioria, pela Paraná Produções). Não revelaram quem pagará pela "gratuidade" da produção e da veiculação dos programas de entidades, senão a produtora que já explora o canal.

O golpe - Ponto alto do golpe foi a assembléia de 23 de fevereiro de 2002. Nesta ocasião Laura Costa pagou com dois cheques pessoais as mensalidades de onze entidades para que tivessem direito a voto e, desta forma, aprovou o afastamento dos dois coordenadores citados, com base num parecer feito sob medida pelo Conselho Fiscal. O desfecho do golpe ocorreu no início de abril, com a destituição e o descredenciamento dos coordenadores.

É inegável a influência que Laura Costa tem sobre

o Conselho Fiscal. Ela é coordenadora geral do Cedeia, entidade ambientalista filiada à Uneap e que integra o CF; faz a distribuição de pareceres do CF pela internet, age como sua porta-voz, revisa ata de forma que sirvam aos seus propósitos e mobilizou o Conselho Fiscal para convocar assembléia em 6 de abril para destituir todo o Conselho Deliberativo, com o objetivo de pressionar o CD para a eliminação de Julian e Pocá e sacramentar os objetivos do golpe.

Loteamento - Percebendo que o ataque era direcionado a pessoas, mas tinha como objetivo inviabilizar a autonomia da TV Comunitária, pusemos imediatamente na defesa do Plano Diretor 2002. Recolocamo-nos em discussão e propusemos um fundo para financiar programas de entidades, a ser regulamentado pelo Conselho Deliberativo. Insistimos também na rescisão do acordo com a Paraná Produções e acabamos por acatar a proposta de um contrato de transição, para no máximo quatro meses, em que a produtora continuaria com o espaço para exibir seus programas, mas os contratos de veiculação seriam assinados pela Coordenação Executiva, que repassaria 20% do valor à produtora.

Segundo informou o presidente do Conselho Deliberativo Glauco Souza Lobo, a produtora não aceitou o contrato de transição e, portanto, nada mudou, revelando mais uma vez a TV refém dessa produtora. Ele também nos informou que a produtora TVC (TV Cidadão) estaria avançando sobre o sinal, dando seqüência ao loteamento do canal pelas empresas privadas.

Omissão e poder - Já na época criticamos pessoalmente a omissão do presidente do Conselho Deliberativo Glauco Souza Lobo, que não saiu em defesa institucional da TV Comunitária e, pelo contrário, atuou para aprofundar a crise com intenção evidente de ampliar o seu poder, a ponto de hoje acumular as funções de presidente do CD e coordenador geral, concentrando poder.

Pelos fatos expostos, vemos a Associação do Canal Comunitário vítima por um movimento autofágico fomentado por interesses pessoais, de lucro, vaidade e até políticos, que impedem a construção de um projeto público e democrático.

Atuam na TV diversas entidades que não representam segmentos sociais, não têm diretorias regularmente eleitas e, portanto, não configuram um fórum legítimo para deliberar sobre o canal comunitário. Por isto, hoje seria necessária uma auditoria externa para avaliar as condições de cada entidade de se manter filiada, para que seja recomposto o quadro associativo do Canal Comunitário.

Luiz Henrique Herrmann integra o Conselho Fiscal do Sindicato dos Jornalistas, foi coordenador geral da TV Comunitária de março de 1998 a junho de 1999, coordenador de Administração e Secretaria da TV de abril de 2001 a abril de 2002, sempre representando o Sindicato dos Jornalistas.



TV comunitária

A versão de Julian Carlo Fagotti

A suspeita de movimentação irregular de R\$ 80 mil mensais por meio de uma caixa paralelo e o possível favorecimento a grupos políticos, além da demissão irregular de dois integrantes da comissão executiva, levaram um dos diretores da Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário de Curitiba e Região Metropolitana (TV Comunitária), Julian Carlo Fagotti, a entrar no Ministério Público estadual com pedido de auditoria na instituição, que tem o seu sinal veiculado em Curitiba pela NET e pela TVA. A TV é uma concessão pública não estatal, destinada à sociedade civil organizada, gerida por uma associação de entidades civis sem fins lucrativos.

Julian Fagotti foi eleito para o Conselho Deliberativo da TV Comunitária como representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, entre os onze membros eleitos do conselho, foram escolhidos cinco para compor a comissão executiva, da qual ele foi escolhido para ser o coordenador geral. No requerimento enviado ao Ministério Público, Julian declara que “desde o primeiro dia atuei no sentido de moralizar as relações comerciais e políticas da TV Comunitária, assim como para garantir os direitos iguais das entidades filiadas. Aos poucos fui percebendo que várias pessoas, apesar de aparentemente serem representantes de suas entidades, viam a TV como uma oportunidade de negócio pessoal, e não público”.

Segundo Julian Fagotti, na primeira reunião do Conselho Deliberativo, o presidente do Conselho Glauco de Souza Lobo informou que a gestão anterior, da qual ele havia participado, fizera um contrato de permuta com a Paraná Produções, segundo o qual a produtora entregaria à associação ou às entidades usuárias cinco horas semanais de programas gravados e exploraria comercialmente outras cinco horas da grade de programação.

“A Paraná Produções nunca prestou contas à TV Comunitária”, afirma Julian Fagotti. “Conseguimos reduzir sua participação para uma hora e meia diária. Mesmo assim, o horário é privatizado. Ela vende espaço sem nenhum mecanismo de controle financeiro e de conteúdo dos programas. Quando em janeiro deste ano foram implantados um caixa único e uma política única de patrocínio, algumas pessoas que eram privilegiadas se rebelaram, querendo destituir a executiva. Mas não conseguiram.”

“No dia 23 de fevereiro, prossegue Julian, houve uma assembléia em que pessoas não aptas votaram, pedindo o meu afastamento e o do coordenador de Tesouraria, Germinal Pocá, por 90 dias. Entre elas estava o antigo tesoureiro, Emílio Lima, que nunca prestou contas e foi um dos que trouxeram a Paraná Produções para a TV Comunitária. Onze entidades tiveram os seus débitos pagos com dois cheques para que tivessem direito a voto. Esse pagamento



Julian: “contra a privatização do horário”

foi irregular, consubstanciando compra de voto.”

No dia 4 de abril, houve uma reunião na sede da TV Comunitária. “Numa ata provisória, pediram a minha destituição e a do Germinal Pocá, e fizeram a mudança das chaves”, conta Julian. “Um dos que pediram a minha destituição foi o José Daniel Farias, presidente do Sindicato dos Bancários, filiado à CUT. Ele defende que a CUT não participe da direção da TV Comunitária. Mas ele, diretor da CUT, participa do Conselho Fiscal representando sua entidade. Também votou pela minha destituição Laura Costa, que faz parte da direção de três entidades e é parte interessada no pseudo contrato com a Paraná Produções.” Julian cita ainda outras instituições que pediram o seu afastamento definitivo, mas que não podiam votar, “pois são instituições que não existem na realidade e têm documentação precária”.

De acordo com Julian Fagotti, “havia uma receita de TV que começou a aparecer no caixa único, na gestão do coordenador de Tesouraria, Germinal Pocá. A partir daí, as arrecadações foram crescendo. Houve contratação de funcionários e regularização financeira. Mas isso desmoralizou com algumas pessoas que estão desmoralizando a TV Comunitária. Alguns programas, do pessoal das entidades e dos empreendimentos privados, cobram de deputados e vereadores para darem entrevista, descaracterizando a finalidade da TV Comunitária. Ela deve ser uma instituição de comunicação isenta para questionar essa prática na imprensa. Se ela reproduz o que existe, a sua existência não tem sentido.”

Toda a programação da TV Comunitária é produzida localmente. “Isso geraria um mercado de trabalho importante para repórteres-

cinematográficos, repórteres, jornalistas e apresentadores”, observa Julian. “Hoje, como a maior parte está com a Paraná Produções, que nem registra seus funcionários, esse mercado fica inibido. O contrato com a Paraná Produções não permite que as entidades procurem outras produtoras, pois ela usa a grade para fazer gratuitamente os programas e em troca explora de maneira privada a hora e meia que mantém.”

Segundo ele, “a TV Comunitária tem um caixa paralelo, com base na grade de programas. Calculamos que o canal gire em torno de 80 mil reais por mês, porém menos de 10 por cento desse dinheiro passa pela conta bancária da TV Comunitária”, denuncia Julian. “Justamente esse dinheiro nós queríamos que fosse institucionalizado, o que gerou a resistência à nossa gestão.”

“O Superior Tribunal de Justiça está solicitando uma TV nos mesmos moldes da TV Comunitária. E há na Câmara Federal um projeto para a concessão de TV aberta para as tevês comunitárias. Isso mostra a importância que a TV Comunitária tem e a necessidade de que ela seja limpa, para suprir as deficiências da comunicação pública”, comenta Julian.

O objetivo da TV Comunitária, de acordo com Julian Fagotti, é o seu uso pelas entidades para atingir divulgar a sua ação e promover o bem público: os sindicatos tratariam das questões referentes à categoria, as entidades ambientais de questões relativas ao meio ambiente, e assim por diante. “Mas, na prática, os programas são pessoais e de uso partidário, o que é proibido por lei nos programas da TV. Ela é usada indevidamente por pessoas de alguns partidos, sem que os partidos estejam realmente envolvidos.”

Julian diz que, durante a Constituinte, um dos abaixo-assinados de que participou foi pela democratização das telecomunicações e tem uma trajetória pessoal sempre ligada à comunicação. “Penso que a idéia da TV Comunitária é empolgante como elemento prático de democratização da comunicação. Represento a CUT na TV, que no seu 10º Encontro Nacional estabeleceu que deve participar e disputar posições dentro das tevês e rádios comunitárias. Na minha função, defendo os conceitos de administração que exigem a transparência em todas as instituições públicas. Houve um golpe contra quem estava tentando moralizar. Não acreditam na gestão transparente. As instituições sérias devem se pautar pelo uso adequado da TV Comunitária.”

Julian Carlo Fagotti entrou com pedido de auditoria no Ministério Público estadual para averiguar toda a existência do canal, de 1998 até agora, “para poder restabelecer a TV Comunitária”. “Estou aguardando o posicionamento do Ministério Público, que acolheu a denúncia e está investigando.”



TV comunitária

A versão de Glauco Souza Lobo

“O afastamento por 90 dias e depois a destituição do coordenador geral Julian Carlo Fagotti e do coordenador da Tesouraria Germinal Pocá da coordenação executiva da TV Comunitária não foi um golpe.” É assim que o presidente do Conselho Deliberativo da Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário de Curitiba e Região Metropolitana, Glauco Souza Lobo, responde às acusações de que houve arbitrariedade no processo de destituição dos dois diretores da TV Comunitária.

Segundo Glauco Souza Lobo, a reunião do último dia 4 de abril, em que houve a destituição, “não foi um golpe, pois o assunto já vinha sendo discutido desde novembro de 2001. O processo de destituição foi discutido e o Conselho Deliberativo decidiu por unanimidade. Os dois diretores tiveram direito à defesa, mas não compareceram à reunião”. E apresenta como prova a ata da reunião, na qual discutiram e aprovaram a decisão representantes de oito entidades componentes do Conselho Deliberativo da associação.

A ata da reunião mostra que ela foi convocada extraordinariamente para tomar posição sobre uma correspondência em nota oficial datada de 27 de março de 2002, assinada pelos coordenadores de geral e de finanças afastados pela assembléia geral realizada em 23 de fevereiro, Julian Fagotti e Germinal Pocá. Na nota, eles faziam “grave denúncia de que sócios ou ex-sócios do canal comunitário estariam efetuando indevidamente cobranças de mensalidades e/ou veiculações de programas atrasados”.

Glauco Souza Lobo também afirma que Julian Carlo Fagotti e Germinal Pocá “emitiram cheques sem fundo com datas falsamente atrasadas, não respeitando o afastamento que tinha sido imposto a eles”. “O volume dos valores é muito pequeno”, diz Glauco. “O Emílio Lemos de Lima, que foi o coordenador de finanças anterior, cometeu os mesmos erros que eles cometeram. O parecer do conselho foi mais duro com o Emílio do que com eles. A questão está sub judice e ele foi levado a renunciar. Mas isso não significa dizer que nenhum deles é desonesto. Ninguém é acusado pelo conselho de desonestidade, mas de não ter cumprido o estatuto.”

O presidente do Conselho Deliberativo da TV Comunitária afirma que também na assembléia do dia 23 de fevereiro não houve irregularidade. “O procedimento adotado foi uma resposta ao golpe, um contragolpe. Os cheques que pagaram os débitos das entidades que estavam em atraso foram honrados e o dinheiro entrou na conta da TV Comunitária. Não houve ilícito.”

Conforme diz Glauco de Souza Lobo, os dois diretores “foram destituídos politicamente, mas não por uma justificativa política. Eles foram destituídos por atos que praticaram. Emitiram cheques quando não estavam mais autorizados a fazer isso, e eles

foram devolvidos. Só este é um motivo para destituição. Nada foi feito de forma atabalhoada. Todas as decisões que foram tomadas têm ata para comprová-las.”

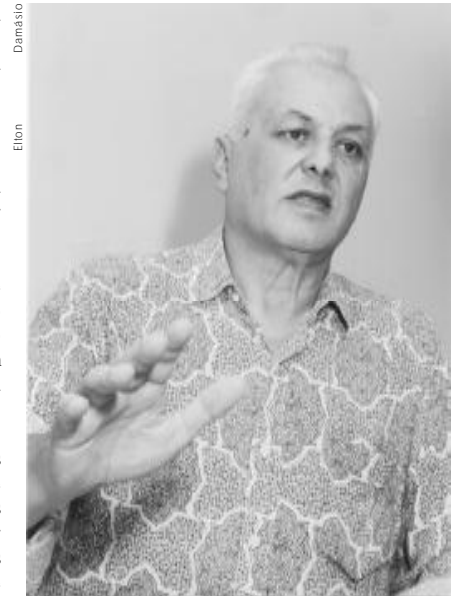
Sobre as acusações de que um canal público é utilizado para atender a interesses particulares, Glauco de Souza Lobo responde que “a TV Comunitária fez um escambo com a Paraná Produções. Admitimos que foi um erro. O melhor seria não haver parceria com a produtora. Mas foi graças a ela que conseguimos colocar a TV no ar. Mais tarde foi feito um acordo para que ela tivesse só uma hora e meia, reduzindo a sua participação na programação. Também não procede a acusação de que as entidades estariam interessadas num chuncho, e por isso resolveram realizar através da Paraná Produções os seus programas.”

“Foi feito um acordo operacional juridicamente acabado com a Paraná Produções e que nos dá as garantias necessárias para gerenciá-lo. Dizer que a Paraná troca a produção de programas gratuitos e que isso corrompe as nossas associadas é forçar uma interpretação maldosa para com as entidades que ocupam o tempo permutado pelo canal, no que deve ser um escambo, sem vantagens espúrias, sem cambalachos, sem canalhice”, afirma Glauco.

“Na reunião do Conselho Deliberativo, decidimos que o plano diretor da TV Comunitária não seria mudado. Resolvemos não mexer no que estava no ar. A coordenação geral anterior queria acabar com o que estava sendo feito. O programa mais discutível é o da ACDI, Associação de Cidadãos para a Democratização da Informação, que ocupa mais horas na grade de programação. Mas as mudanças só podem ocorrer depois que a assembléia deliberar. Um plano deve ser apresentado à assembléia. Queremos um plano, mas antes ele deve ser discutido com o Conselho Deliberativo, e depois em assembléia”, diz Glauco.

Cada entidade, segundo o presidente do Conselho Deliberativo, tem direito a uma hora de programação. “Mas, se as entidades precisarem de mais horas, vão ter, podendo usar os horários vagos. Existe uma flexibilidade. Nós já paramos com a programação para dar espaço ao II Fórum Social Mundial, que se realizou em Porto Alegre no começo do ano. Também cobrimos o processo de privatização da Copel. Algumas entidades associadas à TV Comunitária têm tempo e hora e não o utilizam. Não fazem programas e criticam os outros. Nós abrimos a programação para terceiros para viabilizar o canal financeiramente.”

Segundo Glauco de Souza Lobo, “é preciso estabelecer critérios de tratamento com os clientes e com os filiados. Não temos ingerência nos programas dos filiados. Uma entidade só assina um documento quando se responsabiliza pelo programa. Não existe censura. Quanto aos clientes, todos os contratos foram assinados pelo



Glauco afirma não temer uma auditoria do Ministério Público

Julian e pelo presidente do Conselho Deliberativo. Se alguns contratos não estavam sendo cumpridos, a responsabilidade é do coordenador geral”.

Na opinião de Glauco, “as divergências ocorrem porque o estatuto da TV Comunitária dá um duplo poder. Existe um projeto de mudanças do estatuto, que propõe que a área executiva seja dirigida por profissionais. Não se pode pagar quem exerce o poder político. O novo estatuto deve ser discutido na próxima assembléia e com ele devem ser amenizados muitos problemas que têm ocorrido na TV Comunitária devido à divisão do poder”.

No dia 9 de fevereiro, houve uma invasão à sede da TV Comunitária. Não havia sinais de violação de portas ou janelas e nenhum objeto foi furtado. Somente foram arrancadas folhas do livro de atas do Conselho Deliberativo e da assembléia geral. Glauco de Souza Lobo se diz irritado com a insinuação de que foram pessoas do seu grupo que fizeram a invasão. “É uma acusação torpe. Todas as atas foram reconstituídas, pois tínhamos as cópias. Além disso, elas são registradas em cartório e é possível tirar segunda via. A invasão não prejudicou ninguém. Apenas seis pessoas tinham a chave. O laudo ficou pronto há dois meses, mas o inquérito ainda não foi instaurado”, relata.

Sobre a possível investigação do Ministério Público, Glauco diz que na TV Comunitária “não existem anjos, todos são culpados”. Ele afirma não temer a auditoria: “Pode vir o promotor que vier, vou sair engrandecido.”



TV comunitária

TV dá transparência à Câmara Municipal

Desde 1999, o vereador Paulo Salamuni (PMDB) vem tentando implantar a TV Câmara no legislativo municipal de Curitiba, mas só conseguiu 13 assinaturas. Ele está apresentando de novo o projeto aos vereadores e, desta vez, espera obter as 18 assinaturas que tornarão o projeto automaticamente aprovado. "Falta vontade política para a sua instalação. Muitos vereadores já têm um nicho e para eles a visibilidade não interessa", diz Salamuni, explicando porque a TV ainda não foi implantada na Câmara Municipal de Curitiba.

O vereador diz que "a TV democratiza as relações entre a Câmara e os cidadãos. Não é mais possível subtrair dos cidadãos o debate e o conhecimento das coisas públicas. A TV Câmara, se for implantada, mudará o rosto do poder legislativo, como a TV mudou o rosto do Senado. Nos parlamentos municipais e estaduais onde ela existe trouxe mudanças importantes nos hábitos e nos pronunciamentos." E pergunta: "Alguém acredita que um senador renunciaria se não houvesse a TV Senado?"

"Muitas vezes, observa Salamuni, a grande imprensa coloca uma versão sobre o que acontece nos parlamentos. Com uma TV transmitindo ao vivo não há como tergiversar sobre os fatos. Quando ela não existe, o poder é muito parecido com a grande imprensa. Há muita proximidade e semelhança entre os dois setores." Para o vereador, o cidadão tem o direito de acessar o canal, na hora que quiser e quando

lhe convier. "A TV Câmara dá a possibilidade de uma transmissão online e real. Tudo o que contribui para escancarar as portas do parlamento é bem-vindo", ele diz.

A TV Câmara não tem custo de veiculação. O projeto do vereador Paulo Salamuni está amparado na Lei Federal 8977 de 1995, que determina que as operadoras de TV a cabo coloquem à disposição um canal gratuito para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões não só da Câmara de Vereadores, mas também do legislativo estadual. "A TV Câmara é gratuita. Quem tem um orçamento de R\$ 35 milhões por ano, como o legislativo municipal, prestaria um grande serviço à população", afirma Salamuni.

Trabalhos transparentes

O número de assinantes das duas TVs a cabo de Curitiba e Região Metropolitana chega a aproximadamente 80 mil, distribuídos entre as classes A e B. Segundo Salamuni, "este número é bastante expressivo, considerando-se que para cada assinante existem três a quatro pessoas que assistem aos canais a cabo, o que faz esse número subir para cerca de 320 mil telespectadores".



Damásio Eillon

"A TV Câmara mudará o rosto do poder legislativo"

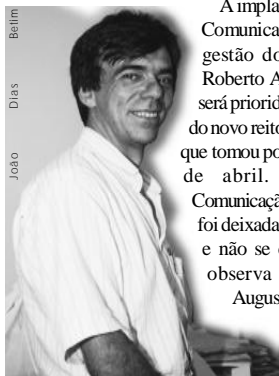
O principal objetivo para a implantação do serviço na Câmara Municipal de Curitiba, de acordo com o vereador Salamuni, é tornar os trabalhos da casa mais transparentes. Além disso, a comunidade poderá acompanhar a tramitação e as discussões dos projetos. "A fiscalização do povo sobre a atuação dos vereadores seria mais intensa, e contribuiria diretamente para a qualidade e a produtividade dos trabalhos da casa", explica Salamuni.

A TV Câmara também abriria mercado de trabalho para os jornalistas. Paulo Salamuni imagina uma TV profissionalizada e isenta.

Ela teria jornais feitos por profissionais, faria entrevistas com os vereadores e convidados e produziria documentários e outros programas de interesse da população. Apresentaria debates importantes para a sociedade sobre as questões urbanas, o lixo e a segurança pública, por exemplo. Nos finais de semana, ofereceria aos cidadãos debates sobre todas as questões de interesse da cidade. "A TV Câmara não pode demorar mais. Ela já poderia existir desde 1995, quando saiu a lei federal", conclui Salamuni.

UFPR implanta Centro de Comunicação

Aos poucos, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) vai implantando o seu Centro de Comunicação, que inclui TV aberta, TV a cabo, rádio e internet universitárias. Já estão funcionando a rádio FM, a TV com sinal fechado e a TV a cabo. Uma rádio e um canal de sinal aberto estão em processo de solicitação. Eles vão beneficiar basicamente os estudantes da área de Comunicação, mas nada exclui que, no futuro, sejam utilizados também por profissionais que já atuam no mercado de trabalho.



Belim Dias João

"O Centro de Comunicação não se consolidou ainda"

A implantação do Centro de Comunicação foi iniciada na gestão do professor Carlos Roberto Antunes dos Santos e será prioridade no planejamento do novo reitor Carlos Moreira Jr., que tomou posse no último dia 29 de abril. "O Centro de Comunicação é uma proposta que foi deixada pela gestão anterior, e não se consolidou ainda", observa o professor Jorge

Augusto Gregory, que fez parte de uma comissão montada em 1998 para estudar a viabilidade da implanta-

ção dos canais de tevê e rádio universitárias.

Segundo Jorge Gregory, o Centro de Comunicação pretende ser dentro da Universidade uma unidade que utiliza os diversos meios para que a comunidade acadêmica coloque regularmente à disposição da população o conhecimento que vai elaborando. Outro objetivo é captar e difundir a informação sobre as atividades da Universidade, em todos os seus setores. Deve, também, ser um ambiente de aprimoramento da formação dos estudantes de comunicação e de outras áreas que usam a comunicação, como informática e artes, por exemplo. Além disso, deve criar um ambiente para o desenvolvimento da pesquisa, estudando novas técnicas e novos formatos.

A concessão para a abertura de frequência em FM para a região metropolitana de Curitiba foi obtida em 5 de fevereiro deste ano. Também a implantação de uma programação nos canais de TV a cabo, 15 na NET e 64 na TVA, está em fase adiantada. Esta é uma iniciativa conjunta da UFPR, da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Tuiuti do Paraná, que utilizou a partir de 1999 espaços oferecidos pelo Ministério das Comunicações para tevês comunitárias e universitárias. Mas, por enquanto, só a UFPR está aproveitando a concessão, tendo iniciado a veiculação de programas em 18 de janeiro último, com a divulgação do vestibular.

Até agora, segundo Jorge Gregory, tem havido muitos programas de estúdio e poucos externos. Mas, aos poucos, a programação vai sendo estruturada, para se encontrar

um equilíbrio. Ele diz que não é fácil produzir 24 horas. Por isso, nada impede que os veículos de comunicação universitária se abram para profissionais de fora da Universidade. "Uma ONG ambientalista pode perfeitamente produzir documentários para serem veiculados na TV Universitária, desde que o seu conteúdo seja considerado coerente com o meio", observa Gregory. "A área ainda é nova, mas pode abrir um campo interessante para profissionais da comunicação."

O Canal 64, na TVA, e o 15, na NET, já estão divulgando vários programas. O setor de Educação Física produz dois programas, *Qualidade de Vida*, sobre aspectos relacionados à saúde, com debates, apresentações e coberturas externas; e *Esportes.com*, que tem a participação do professor Fernando Mezzadri e a parceria de um grupo de escolas do segundo grau. "Os outros programas trabalham com mesas-redondas e debates, procurando trazer à sociedade o que a UFPR tem de bom", comenta Gregory.

Por Dentro da Universidade, programa semanal que aborda temas desenvolvidos dentro da Universidade, já apresentou especiais sobre os 80 anos da Semana de Arte Moderna, o Festival de Inverno e o Canova, um medicamento estudado por professores da Universidade. Também traz debates entre alunos e docentes e discutiu um projeto da área de Farmácia, cobriu o Congresso dos Sociólogos e dedicou um programa sobre a atividade do sociólogo.



própria iniciativa

Alternativas para tempos de crise

Há quase cinco anos, Jorge Cury produz em sua Central de Radiojornalismo programas que coloca gratuitamente à disposição de 92 rádios no Paraná. Em todo o país, perto de 500 rádios aproveitam material que vários profissionais de jornalismo produzem para a Central. Jorge Cury acredita que o seu exemplo pode estimular iniciativas na mesma área num período de muitas demissões e num mercado que se tornou muito restrito para os novos profissionais que as faculdades formam cada ano.

O carro chefe da Central de Radiojornalismo é o programa do dia, de 15 a 20 minutos, abordando os mais diversos temas, que as rádios veiculam integralmente ou utilizando matérias isoladas que inserem num rádiojornal. A Central também tem uma área só de entrevistas, com a data, o entrevistado, o repórter e o tempo de duração, que fica à disposição das rádios.

A Central de Radiojornalismo também tem gravados em arquivo os programas dos últimos trinta dias, que as rádios podem reaproveitar, se quiserem. "O objetivo é contribuir com matérias de boa qualidade, voltadas para o interesse público", diz Jorge Cury. "Vários profissionais colaboram para colocar na rádio informações inteligentes, que atendam ao interesse dos ouvintes." As matérias têm valor factual, mas também são de utilidade pública. A sustentação econômica da Central é feita mediante a participação de seis patrocinadores.

Oportunidades amplas

A Central, além de atender as rádios com conteúdo jornalístico, tem projetos para a área de telefonia celular, assim que este serviço for liberado pelas operadoras de telefonia do estado. Jorge Cury também tem planos, alguns já concretizados, para produzir conteúdos jornalísticos em áudio destinados a ambientes que possuem sistema de som, como shopping centers, supermercados ou colégios.

"As áreas de atuação são muito amplas, e podem



Mauro Campos

"As áreas de atuação para os profissionais da comunicação são muito amplas"

abrir um grande mercado de trabalho para os profissionais da comunicação", observa Jorge Cury. "Num colégio, o intervalo de recreio pode ser aproveitado para produzir material de interesse daquele público. Num supermercado ou num shopping center, é possível elaborar conteúdos jornalísticos de utilidade pública, para as pessoas que estão de passagem. Onde existe um sistema de som, há possibilidade de realizar um trabalho, misturado com música, para não ficar chato. Só isso dá trabalho para muita gente", ele diz.

"O profissional não pode se acomodar com os veículos de comunicação tradicionais, mesmo porque as oportunidades serão cada vez mais escassas", afirma Jorge Cury. "Ele deve se preparar psicologicamente e tecnicamente e ter a disposição de ir a campo e preencher os espaços que estão vagos. Estão surgindo oportunidades em muitas áreas. Mas o profissional precisa ter um certo arrojo e conquistar o mercado. Deve estruturar um projeto e ter capacidade de convencimento. Negociar é uma coisa que também se aprende", comenta.

Descobrimo a comunicação

Segundo Jorge Cury, muitos segmentos estão descobrindo a comunicação. Só a área do cooperativismo oferece muitas oportunidades. Psicólogos, odontólogos e profissionais liberais em geral estão percebendo que a comunicação pode ser útil para eles. "O jornalista deve conhecer especificamente o cliente e fazer uma análise de campo para ver qual é o seu público alvo. Em seguida, deve se preparar para abordá-lo, levando uma argumentação para despertar nele a necessidade da comunicação e os ganhos que pode ter com a sua utilização."

Hoje, enfatiza Jorge Cury, é fundamental que o profissional de comunicação tenha uma visão de planejamento. Também a comunicação integrada é indispensável para o desenvolvimento de suas atividades. Ele tem que ser relações-públicas, porque em seu trabalho ocorrem muitas ocasiões em que precisa usar conhecimentos nesta área. Em outros momentos terá que recorrer à propaganda e à publicidade para atender o seu cliente. Com esse conjunto de conhecimentos, Jorge Cury acredita que qualquer profissional de comunicação tem todas as condições de se sair bem em novas áreas de atuação, libertando-se dos veículos tradicionais que costumam absorver o contingente formado pelos cursos de jornalismo.

Justiça Federal condena a Rádio e Televisão OM

A juíza federal da 9ª Vara, Vera Lúcia Feil Ponciano, sentenciou ação civil pública interposta pelo Ministério Público, federal e estadual, contra a Rádio e Televisão OM e o Estado do Paraná, devido aos excessos praticados nos programas "Cadeia" - Alborgueti" e "Cadeia - Com Alborgueti".

A sentença determina que a emissora "abstenha-se de transmitir programas que impliquem desrespeito à dignidade humana, à honra, imagem e moral, bem como à intimidade dos presos, que são o direito de não prestar declarações contra a sua vontade, o direito de não ser ofendido e de não ser filmado em situações vexatórias

e humilhantes, o direito de não ser exposto à execração pública, e o direito de não ser prejudicado e condenado por quem não seja competente".

No caso de descumprimento da decisão, a sentença fixou multa no valor de R\$ 200 mil para cada programa apresentado. Aré, Rede e Televisão OM, deverá depositar em juízo a quantia de R\$ 600 mil, devido ao descumprimento da liminar confirmada na sentença. As vítimas entrevistadas ou referidas nos programas contidos nas fitas depositadas em juízo receberão R\$ 20 mil a título de indenização, o que deverá ser requerido na fase de execução da sentença.

O Estado do Paraná, imbuído da responsabilidade

pela fiscalização da execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens por concessionárias, foi condenado ao pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil, por não ter impedido o descumprimento de liminar judicial. A sentença determina que, por intermédio das autoridades policiais, o Estado do Paraná coíba qualquer ofensa cometida por repórteres contra a honra, imagem e moral dos presos e detidos, impedindo a filmagem e entrevista com pessoas sob tutela policial, mesmo que por estes autorizadas, sem a presença de advogados. A multa foi fixada no valor de R\$ 100 mil no caso de não observância da sentença.



[delegacia do sudoeste](#)

Pato Branco debate saúde e comunicação

Representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, da Associação Médica de Pato Branco (AMPB), da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (Sesa) e estudantes do curso de Jornalismo da Faculdade Educacional do Sudoeste do Paraná (Fadep) participaram, no dia 22 de março, de um encontro sobre comunicação e saúde no auditório da Fadep, em Pato Branco. O evento tinha como objetivo melhorar a relação entre profissionais da saúde e jornalistas.

A parceria entre o Sindicato dos Jornalistas e a Secretaria da Saúde é uma experiência pioneira no Paraná e pode ser realizada nas demais delegacias regionais do Sindicato no estado. Segundo Ademir Mendes, integrante da diretoria estadual do Sindicato dos Jornalistas, existe a possibilidade de um novo encontro em Pato Branco, sobre comunicação e economia. “Queremos democratizar a informação e tentar acabar com o uso de jargões da economia nas notícias destinadas ao leitor comum”, destacou Mendes.

Uma das convidadas do sindicato, a jornalista Analucia Veloso, da editoria geral do Jornal do

“A imprensa é o elo de ligação entre o médico e a sociedade. É preciso fazer com que a mensagem chegue à população e a favoreça.”

Ângelo Tesser

Estado em Curitiba, relatou algumas dificuldades no trabalho com profissionais da saúde e deu dicas aos jornalistas. “O mais importante nesta questão é que o repórter não pode ser imediatista. A informação deve ser completa, senão pode provocar a perda de credibilidade do médico”, alertou Analucia.

“A relação entre o médico e o jornalista deve ser igual à que existe entre o médico e o paciente, ou seja, de confiança”, declarou o médico Ângelo Tesser, diretor-geral da Sesa e um dos componentes da mesa. Ele observou que é preciso encontrar uma linguagem comum, que seja entendida por qualquer pessoa. “A imprensa é o elo de ligação entre o médico e a sociedade. É preciso fazer com que a mensagem chegue à população e a favoreça”, afirmou.

Valdireni Alves, diretora de comunicação social da Sesa, também participou do encontro e falou de uma experiência semelhante na assessoria de comunicação da Secretaria. “Começamos a trabalhar de forma parecida há um ano e meio, e agora contamos com o apoio do Sindicato dos Jornalistas”, comentou.

Toni Vieira, coordenador do curso de Jornalismo da Fadep, declarou que “o objetivo do curso de jornalismo é ampliar as relações entre a Universidade e a comunidade, desenvolvendo um trabalho multidisciplinar, de modo que o aluno tenha um conhecimento do que está acontecendo na comunidade”. Ele sugeriu que outros debates como este devem ser realizados.



diploma

Exigência de diploma será julgada no Supremo

O ministro Celso de Mello levará a julgamento do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, o recurso apresentado dia 14 de março pela advogada Mariza Bastos de Toledo contra o decreto-lei 972/69, que instituiu a exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão. A advogada requer que o Supremo reforme decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O STJ rejeitou mandado de segurança formulado por Mariza contra ato do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que negou a ela o registro profissional de jornalista.

No STF, o recurso será levado a julgamento do plenário porque envolve matéria constitucional. Para a advogada, o ato do ministro do Trabalho seria ilegal, por se amparar em legislação anterior à Constituição federal de 1988. A ação contesta o artigo 4º do decreto de 1969, que condiciona o exercício da profissão de jornalista ao registro prévio junto ao Ministério do Trabalho, mediante a apresentação do diploma do curso superior de Jornalismo.

Mariza de Toledo argumenta que a legislação e o ato ministerial afrontam o inciso 13 do artigo 5º da carta de 1988, que prevê o livre exercício de qualquer

trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

No STJ, os ministros acolheram a opinião do Ministério Público Federal ao negar o mandado, por julgarem que o ministro do Trabalho não cometeu abuso ao negar o registro. O STJ julgou que as condições estabelecidas para o registro de jornalista profissional são específicas, e que sua concessão depende do atendimento dos requisitos da lei.

Julgamento importante

Para Claudismar Zupiroli, assessor jurídico da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), “é muito bom que o mandado de segurança da advogada esteja nas mãos do ministro Celso de Mello, pois é ele quem mais entende deste assunto no Supremo”. A advogada Mariza de Toledo entrou com o recurso no STJ em agosto de 2000 e ele foi julgado em maio de 2001. Nesse julgamento, com exceção de um juiz, todos os outros consideraram legal e constitucional a exigência do diploma para exercer a profissão de jornalista.

O novo recurso de Mariza de Toledo, agora ao STF, ainda não tem data para ser julgado. Segundo



Claudismar Zupiroli, ele não tem nenhuma relação com o que decidiu a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Federal em São Paulo, ao dispensar a exigência de diploma para que um profissional trabalhe como jornalista, e só terá efeito para a advogada que entrou com o mandado de segurança.

O assessor jurídico da Fenaj observa que, no novo mandado de segurança, Mariza de Toledo usou em parte os mesmos argumentos da juíza de São Paulo para pedir a concessão do registro profissional de jornalista e, por isso, a decisão dos juízes do STF vai influenciar a juíza Carla Rister e a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal de São Paulo, que vai pronunciar o julgamento final sobre a exigência ou não de diploma para o exercício da profissão de jornalista. “É um precedente importante para o próximo julgamento, que pode influir a favor da exigência do diploma para trabalhar como jornalista”, conclui Zupiroli.

MAGAL, O REPÓRTER LEGAL timentaylor@igame.com



Comunicação & Cidadania

Responsabilidade social está na moda

Como a imprensa está tratando do assunto? E os profissionais de Marketing estão olhando com a seriedade merecida?

E a responsabilidade social interna de uma empresa? Ou seja, com seus profissionais? Salário decente e respeito. Pelos comentários, cada dia que passa parece piorar a situação. Além do terrorismo do desemprego, se você não for "legal", por mais profissional que seja, não é respeitado. Mas se for "legal", se fizer parte do

grupinho, pode ser um incompetente que está tudo bem. Então, assim caminha a humanidade.

Evoluímos muito tecnologicamente, mas pouco conseguimos evoluir nosso senso de humanidade e solidariedade. Ao contrário, "sacanear dissimuladamente" o colega de trabalho já está sendo aceito oficialmente como mais um ponto positivo no currículo.

Diante desse quadro, perguntamos: o que é responsabilidade social?

Leia algumas opiniões:

Creio que inúmeras empresas vêm, nos últimos três anos, dando uma atenção maior ao assunto. Podemos observar essa mudança de comportamento pelas campanhas publicitárias que exploram o tema institucionalmente, fazendo questão de mostrar que determinada empresa está atuando junto à comunidade, preocupada com a melhoria da qualidade de vida em nosso país. Creio que a imprensa poderia dedicar mais espaço a esse tema, especialmente revelando o que as empresas estão fazendo para executar programas específicos voltados para a melhoria da qualidade de vida no Brasil. Uma abordagem ampla e profunda certamente levantaria a questão para um número maior de empresas que ainda não despertaram para a sua responsabilidade social, para a necessidade de passarem a ser consideradas como uma empresa-cidadã.

Luiz Freitas
Gerência de Publicidade e Imprensa EMBRATEL

Muito do que se interpreta como ação social de empresas não passa de percepção inteligente da sociologia do trabalho. Quando Ford forçou o aumento dos salários em suas fábricas, com o que, aliás, foi "excomungado" pelas associações empresariais, não o fez por razões humanitárias, ideológicas ou de justiça social. Estava ele convencido de que com melhores salários operários comprariam carros e se a sua fábrica aumentasse salários outras seriam obrigadas a fazê-lo também. Ora, muito empresários brasileiros já perceberam que é de seu próprio interesse melhorar as condições de vida de seus funcionários. Um trabalhador saudável é muito mais eficiente que um doentio. Um operário motivado é mais produtivo que um desinteressado. Por isso convém assistência médica decente, participação nos lucros, etc. Todavia, essa atitude pragmática acaba por impregnar a cultura de uma sociedade, e com o tempo se torna "preceito moral", "impulso humanitário", "direito de cidadania".

A imprensa se envolverá no processo naturalmente. É bom lembrar que o jornal também é uma empresa com os mesmos dilemas que qualquer outra empresa, mas por outro lado também com uma característica inexorável que é uma forte atração pela justiça social, sem a qual a imprensa não sobrevive. No presente, entretanto, a imprensa brasileira ainda não despertou para esta questão.

Responsabilidade social é um desses entes que é mais fácil de caracterizar pelo seu antagônico. Irresponsabilidade social é passar oito anos no governo e permitir que no país permaneça uma das maiores disparidades de renda do planeta. E nenhuma organização empresarial levantou esta questão, que está na base de todos os problemas sociais brasileiros. Irresponsabilidade social é permitir que, em oito anos, a dívida externa brasileira dobre e a interna seja multiplicada por dez, o que tem como consequência a expropriação da sociedade através do mais obscuro esquema de arrecadação de impostos do mundo, e irreversível crescimento da dívida pública e respectivo ônus para a população. E tudo isso com a complacência do empresariado, principalmente do setor financeiro, principal beneficiário. Irresponsabilidade social é a manutenção de juros escorchantes que também beneficia o sistema financeiro e com o qual se conforma o empresariado, uma vez que esse ônus é repassado para o consumidor cidadão.

Rogério Cesar de Cerqueira Leite (físico).
Professor Emérito da Unicamp/SP

Quem desejar maiores informações ou quiser acrescentar sugestões e críticas,
envie e-mail para: [Cida Mondini](mailto:Cida.Mondini)
Ideia@sindijorpr.org.br - Projetos de Comunicação & Cidadania

“Acredito que as empresas realmente estão adquirindo uma maior consciência de seu papel social, principalmente se considerarmos que cumprir a lei em todos os seus aspectos é um bom ponto de partida para a responsabilidade social. Mas já são bastante numerosos os exemplos de empresas que vão além das obrigações legais com seus funcionários, se envolvendo diretamente em ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se inserem ou apoiando projetos de diferentes organizações, ou ainda desenvolvendo seus próprios projetos sociais, com objetivos mais amplos, em benefício de toda a sociedade brasileira, como os ligados à educação e ao meio ambiente.

Luis Erlanger
Diretor da Central Globo
de Comunicação - TV Globo

É inegável que, para a maior parte das empresas que fazem o chamado "marketing social", a ênfase está propriamente no marketing, e não no social. Isto é, as empresas estão interessadas mesmo em construir uma boa imagem pública, nos termos em que isso se define atualmente - preocupações ambientais, sensibilidade social, avanço tecnológico - e não particularmente preocupadas com as pessoas carentes ou em situação de risco social. Não fazem em favor delas, portanto, ações desinteressadas, filantropia em estado puro, "o bem sem olhar a quem". Auxiliam-nas como ferramenta de sua comunicação institucional.

Responsabilidade social é, antes de mais nada, o respeito à lei e a defesa da cidadania. E também a consciência de que o abismo existente entre a minoria abastada e a maioria excluída compromete o futuro do país, e precisa ser prioritariamente enfrentado. Isso deve materializar-se no apoio a políticas públicas de inclusão social, conscientização das pessoas e reforço da cidadania. Não é o que observo na maioria das empresas, mesmo as que fazem "marketing social". Elas ainda preferem as opções conservadoras do espectro político, que pregam mas não praticam responsabilidade social.

Gabriel Priolli
Diretor Geral TV PUC- S.Paulo
Diretor do Programa "Vitrine" - TV
Cultura de São Paulo

O assunto continuará na próxima edição.



livro

O jornalismo português em análise de casos

Coletânea de textos de autores portugueses, lançada recentemente em Lisboa, faz um percurso das principais teorias do jornalismo contemporâneo e apresenta ensaios sobre a cobertura periodística de fatos e problemas que a marcaram nos últimos anos. Esse é o propósito e conteúdo do livro *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, publicado pela Editorial Caminho.

Dos quatro autores, jornalistas profissionais, professores universitários e pesquisadores da área, o mais conhecido deles no Brasil é Nelson Traquina, autor de vários títulos lançados sobre teorias do jornalismo, e que, coincidentemente, também está publicando outro livro pela Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS): *O estudo do Jornalismo no Século XX*. O que interessa, entretanto, é discutir o que a coletânea de ensaios sobre o jornalismo propõe de pertinente e válido para quem estuda, trabalha ou pesquisa alguma coisa em comunicação, especialmente no campo jornalístico.

Para entender o contexto de que se fala, em Portugal, o estudo de jornalismo é muito recente. O primeiro curso de Comunicação Social surgiu em 1979, cinco anos depois da queda do regime de Salazar, que marcou a história do país pela censura, controle político, econômico e militar durante quase cinco décadas. Mas, um pouco diferente do Brasil – onde a polêmica em torno do reconhecimento profissional consegue estranhas adesões inclusive de pessoas que trabalham em veículos, espaços ou até em escolas de comunicação social – os estudos portugueses em jornalismo parecem estar conseguindo registrar importantes conquistas em poucas décadas ou anos. É aí que a presente publicação adquire pertinência, em especial pelo fato de ilustrar situações da funcionalidade cotidiana do jornalismo, de forma analítica e questionando o próprio modo como são produzidas as notícias, tematizada nos vários ensaios editados.

No primeiro texto – *As teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX* – de Nelson Traquina faz uma apreciação histórica e contextualizada das principais linhas de pensamento sobre o jornalismo ao longo do século passado. No segundo ensaio (*Práticas produtivas e relacionamento entre fontes e jornalistas*), o historiador e pesquisador em comunicação, Rogério Santos, discute o assunto de sua dissertação de mestrado. Ao integrar, metodologicamente, olhares sociológicos com a compreensão das rotinas do jornalismo, o autor analisa a produção jornalística num ambiente de redação de um diário de Lisboa no início da década de 90. É aí que ele identifica a “forte presença das fontes oficiais, o acesso desigual ao campo jornalístico e a existência de constrangimentos organizacionais” ao discutir o assunto.

Nos dois ensaios que seguem, Traquina analisa a cobertura midiática do II Congresso dos Jornalistas (*O campo jornalístico e o II Congresso dos Jornalistas*),

realizado em novembro de 1986, e apresenta um estudo sobre a forma como os principais diários de circulação nacional noticiaram o surgimento da AIDS no país (*O jornalismo português e a problemática VIH/SIDA*), entre os anos de 1981 e 1991.

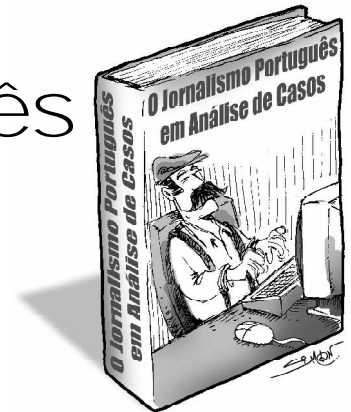
O leitor encontra, na sequência, um estudo feito pela historiadora e professora universitária Ana Cabrera sobre a construção discursiva da luta pela independência do Timor Leste, com base em notícias de jornal e televisão veiculadas no mês de novembro de 1991 (*Missão de Paz em Timor: o percurso de um pseudo-acontecimento*). No último ensaio, da autoria da jornalista e doutoranda em comunicação Cristina Ponte, entra em pauta a tematização das drogas nos jornais impressos portugueses. O evento escolhido foi a cobertura do Dia D (27/01/1997), além de dois meses de edições periodísticas dos jornais analisados no ano de 1996, sobre a escolha que o governo socialista fez da droga como “inimigo público número um” (como ocorreu na eleição de 95).

É, contudo, o primeiro ensaio – *Teorias das Notícias* – que merece uma leitura mais atenta, dada sua proposta e reflexão. O autor, Nelson Traquina, propõe uma leitura do jornalismo com base em cinco orientações que nortearam a história da produção das notícias com a seguinte caracterização: teoria do ‘espelho’, teoria da ação social pessoal ou teoria do *gatekeeper*, teoria organizacional, teorias de ação política e as teorias da notícia como construção social, donde surgem a perspectiva de uma teoria estruturalista e da teoria interacionista. Traquina se detém, entretanto, nessa última abordagem do jornalismo no século XX.

Esse paradigma que compreende a notícia como construção social da realidade surge basicamente entre o final dos anos 60 e início da década de 70. O pressuposto é de que a notícia, na medida em que ‘presentifica’ o acontecimento a que se remete, também o constrói e, assim, participa do processo de instituição (coletiva e contínua) da realidade social. Nas palavras do autor, “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, num produto, as notícias”.

Com base na reflexão desenvolvida por Gaye Tuchman (principalmente no livro *News making: a study in the Construction of Reality*. Nova York, The Free Press, 1978. Ou, na versão espanhola, *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983), Traquina lembra que a teoria interacionista ou, pela aproximação conceitual, também conhecida como etno-construcionista “encara o processo de produção das notícias como interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante”.

Para a teoria interacionista, “os jornalistas, confrontados com abundância de acontecimentos e



escassez do tempo, lutando para impor ordem no espaço e ordem no tempo”, acabam criando uma rotina de ‘previsibilidade’, até para conseguir de fato cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia ou hora seguinte: é daí que surge a pertinência das ‘rotinas produtivas’, bem como das necessárias ‘ordens’ no tempo e no espaço.

A lógica da teoria interacionista reside, assim, na hipótese de que na mesma proporção em um determinado acontecimento, ao ser pautado pelo campo jornalístico, origina a notícia, na forma de um produto que ‘atribui’ publicidade (não no sentido comercial, mas de tornar público) ou visibilidade à mesma situação, “a notícia também constrói o acontecimento, porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do processo de produção” (p.88), afirma Nelson Traquina.

A reflexão é, de fato, oportuna e mais do que necessária. Aliás, talvez, mais válido ainda seria discutir o jornalismo – para além da noção funcional e tecnicista que muitas vezes marca a imagem da profissão – de um modo mais consistente, capaz de justificar que ‘agendar’ o imaginário de milhões de pessoas, através de notícias garimpadas entre fontes e entrevistas nem sempre de fácil disponibilidade e transparência, não é algo que pode ficar no limite do senso comum ou de meia dúzia de técnicas de redação.

O Jornalismo Português em Análise de Casos, se por um lado consegue dar um maior reconhecimento reflexivo e profissional ao campo, por outro lado, não há como deixar de perceber, em especial no primeiro texto que aborda as teorias das notícias ou ao longo das várias páginas da bibliografia final, a ausência (proposita ou não) de qualquer referência a uma hipótese conceitual que busca compreender o jornalismo como forma singular de conhecimento humano, cotidianamente elaborado, que também vai intervir nas relações sociais da realidade. Até pela proximidade que essa abordagem possui com a via interacionista, a lacuna na discussão parece digna de lembrança.

Sérgio Luiz Gadini, jornalista, professor de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Livro: O Jornalismo Português em Análise de Casos
Autores: Nelson Traquina, Ana Cabrera, Cristina Ponte, Rogério Santos
Editora: Editorial Caminho SA. Lisboa, 2001.
333 páginas.



rádio corredor

Élson Faxina deixou a coordenação nacional da comunicação da Pastoral da Criança e agora leciona no curso de Jornalismo da Unicenp e é o diretor de programação do Canal Paraná. Na coordenação nacional da comunicação da Pastoral da Criança entrou a jornalista Ana Cristina Suzina.

A região Sudoeste do Paraná está recebendo novos jornalistas profissionais. *O Jornal de Beltrão* contratou a jornalista Leandra Francischett, formada pela UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa). Marielle Santos, também formada em jornalismo pela UEPG, está trabalhando no *Pato Branco Tecnópolis*. Ronaldo Botelho, jornalista do Rio Grande do Sul, assumiu a assessoria de imprensa da Facipal.

Na região Sudoeste, a comemoração do Dia do Jornalista aconteceu no Restaurante Pequim, em Francisco Beltrão, com a presença de jornalistas da cidade e de Pato Branco.

Eduardo Goulart é o novo chefe de redação do jornal *O Popular*, de Araucária.

Dimitri do Valle foi contratado para trabalhar no setor de reportagem da revista *Comércio*, de Curitiba. Para ocupar a nova função, teve que deixar o SBT.

Osni Gomes é o editor de *Internacional do Estado do Paraná*, em substituição a Edilson Pereira, que passou a editar *Saúde* no mesmo jornal.

Walter Schmidt, da *Gazeta do Povo*, voltou de Portugal, onde permaneceu durante um ano fazendo mestrado em jornalismo na Universidade Nova de Lisboa. Escolheu como dissertação "Um olhar sobre o ombudsman do Brasil e de Portugal" e em setembro ou um pouco mais tarde deverá viajar de novo àquele país da Europa para apresentá-la.. Walter considerou muito proveitoso o curso, centrado no jornalismo de jornal, rádio, televisão e internet. E agora trabalha no controle de qualidade de redação, na *Gazeta*.

Gustavo Marques está trabalhando como repórter da Rádio Educadora de Laranjeiras do Sul, depois de passar por várias rádios de Curitiba. "A rádio tem uma superestrutura que pouco vi na capital e alcança 80% da audiência na região", comenta ele.



Elza de Oliveira Filha (à direita) defendeu tese sobre "O papel do Jornal Sem-Terra na organização do MST", no final de fevereiro, no curso de mestrado em Sociologia das Organizações, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). "É um jornal mais antigo que o próprio movimento", ela diz. Agora Elza leciona Redação Jornalística II no curso de Comunicação das Faculdades do Brasil e desenvolve um projeto de jornal laboratório com os alunos no curso de Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná. "Os próprios estudantes vão decidir que linha o jornal laboratório vai ter", explica Elza.

Juliana Reis (ex-Página 1 e ex-Abril), jornalista que trocou o cenário de demissões da imprensa local por uma vida européia, estreou dia 26 de abril uma coluna no site www.baguete.com.br. A coluna tem o nome "Peripatética" (Aquele que gosta de passear. Peripatetismo: conjunto de doutrinas de filósofos seguidores de Aristóteles, que ensinava seus alunos durante caminhadas.) e nela Juliana mostra sua visão do que acontece no mundo e de como os fatos refletem entre os europeus. Detalhe: o site é editado em Porto Alegre.

O jornalista e consultor de trânsito Ulisses Iarochinski vai chefiar o Departamento Brasileiro da Rádio Nederland Wereldomroep (Rádio Internacional da Holanda). Ele passou uma semana em Amsterdã para entrevistas no início de março e foi confirmado no cargo por José Zepeda, chefe do Departamento Latino-Americano da emissora, que, além de rádio, opera com televisão e internet. Ulisses foi escolhido entre mais de cem candidatos e embarca para a Holanda na primeira quinzena de maio.

A editoria de esportes da *Gazeta do Povo* está mandando uma equipe de quatro jornalistas para cobrir a Copa do Mundo na Coreia e no Japão. Os dois repórteres escolhidos para a viagem são Marcus Vinícius

Gomes e Rodrigo Fernandes. O colunista Édson Militão e o repórter-fotográfico Édson Silva também estarão lá. A equipe sai de Curitiba no dia 18 de maio. Caso a seleção brasileira passe para as finais do torneio, mais um repórter-fotográfico deverá ir ao Japão.

Também Célio Martins, editor de *Brasil da Gazeta*, está viajando à França para acompanhar o torneio de tênis de Roland Garros. Célio já cobriu o evento em 1997, na primeira vez em que Gustavo Kuerten foi campeão. Agora, pode assistir na primeira fila ao tetracampeonato de Guga em Paris.

Rodrigo Juste Duarte não é mais professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Agora está no Bonde, o jornal online da *Folha do Paraná*.

Outro que está encerrando o seu contrato de dois anos com a UFPR e deixando de lecionar no curso de Jornalismo é Aurélio Munhoz, editor de *O Estado do Paraná*.

Luiz Witiuk também terminou o seu contrato com a UFPR e agora está lecionando no curso de Jornalismo da Unicenp.

Ana Paula Mira assumiu a coordenação do curso de Comunicação na Universidade Tuiuti do Paraná, ocupando o cargo que era de Emerson Gonçalves.

Marcelo Lima começou em abril doutorado na UFPR na área de literatura. O seu trabalho de pesquisa é sobre a crítica literária em jornais na década de 90.

O jornalista e advogado José Alexandre Saraiva lança em junho mais uma obra na área do direito tributário. Trata-se do livro "Denúncia Espontânea e Multa Moratória", editado pela Juruá. A noite de autógrafos, com coquetel, será na Casa do Jornalista em data ainda a ser confirmada.

O jornalista Jonas Bach fez no dia 15 de abril uma palestra no Teatro Paiol sobre os problemas que os avanços da tecnologia na alimentação podem trazer à saúde, como é o caso dos agrotóxicos e da obesidade infantil. A sua abordagem do problema repercutiu e ele foi convidado a tratar do tema também na TV Professores.

(Colaborou Rogério Galindo)



prestação de contas

Balanço financeiro de 2001

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	22.486,71	PASSIVO CIRCULANTE	4.824,77
CAIXA E BANCOS	19.410,00	DEBITOS A PAGAR	1.649,72
DREXTO DE RECEBIMENTOS	2.119,81	DEBITOS A COMPENSAAR	1.194,05
RECEBIMEN A RECEBER	955,38		
VALOR DE TRANSAC. REALIZADAS	18.114,00		
ATIVO PERMANENTE	17.877,80		
INVESTIMENTO	1.798,00	PATRIMONIO SOCIAL	
INVEST. EM IMOBILIZACAO	1.798,00	RESERVA	81.798,48
IMOBILIZACAO	11.682,00	RESERVA DE EXERC. ANTERIORES	16.000,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	12.800,00	RESERVA DE EXERC. 2001	4.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.154,41	RESERVA DE EXERC. 2000	21.000,00
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.842,19	RESERVA DE EXERC. 1999	17.293,48
DEBITOS UNO TELEFONE	2.200,00	RESERVA DE EXERC. 1998	4.316,48
BIBLIOTECA	2.400,00	RESERVA DE EXERC. 1997	24.166,76
FUNDOS DE RESERVA	4.301,25		
TOTAL DO ATIVO	40.364,51	TOTAL DO PASSIVO	86.641,11
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2001 DE 01/01/01 A 31/12/01			
RECEITAS		DESPESAS	
OPERACIONAL	271.818,89	OPERACIONAL	241.894,08
CONTRIBUICAO IMERCAL	11.416,81	RECEITA FINANCEIRA	81.166,58
CONTRIBUICAO CONTRIBUICAO	76.900,00	RECEITA PATRIMONIAL	31.551,52
RECEITA PATRIMONIAL	32.629,72	MANUTENCAO	6.388,60
RECEITAS	29.885,36	MATERIAL DE CONSUMO	4.731,48
RECEITAS ALIENACAO	24.896,93	RECURSOS FINANCEIROS	371,00
RECEITA DE EXERCICIOS	18.899,23	LABORAL	991,00
RECEITA	8.200,00	TRANSPORTE	1.009,76
RECEITA PATRIMONIAL EXTRALIBRE	21.707,00	RECEITA DE EXERCICIOS	24.844,76
RECEITA PATRIMONIAL	28.800,00	DESPESAS COM MARKETING	18.225,76
RECEITA	2.400,00	PRIMO SANGUE NOVO	1.680,00
RECEITA	819,74	IMPOSTOS E TAXAS	2.176,99
RECEITA DE CAMBIO	100,00	OUTRO DE RECURSOS	17.141,00
RECEITA DE LIVROS	90,00	CONTRIBUICAO PATRIMONIAL	6.794,72
RECEITA DE MANUTENCAO	278,50	RECEITA PATRIMONIAL	1.688,76
RECEITA PATRIMONIAL	400,00	RECEITA DE EXERCICIOS DE ANTERIORES	1.780,00
RECEITA DE OUTROS RECURSOS	1.150,00	RECEITA DE EXERCICIOS	2.477,58
RECEITA	1.755,27	RECEITA	941,58
RECEITA PATRIMONIAL	800,00	RECEITA DE EXERCICIOS	1.478,71
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00	RECEITA PATRIMONIAL	4.808,72
TOTAL DAS RECEITAS	272.992,89	TOTAL DAS DESPESAS	241.894,08
RESULTADO DO EXERCÍCIO - OPERACIONAL			31.100,76

CURITIBA-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2001

MARIO MESSAGI JUNIOR
PRESIDENTE

LILIAN PÉRSIA
TESOUREIRA

CONTACTO CONS. E ASSES. CONTÁBIL S/C LTDA
CESAR LUIZ KIMMEL-CONTADOR CRC/PR 027349/O-2



convênios

Oportunidades

▷ Café Curaçao - Na apresentação da carteira de jornalista, não é preciso pagar a entrada. O bar funciona de segunda à sábado. Na quinta-feira, a entrada é de R\$ 5 para mulheres e R\$ 7 para homens. Sextas e sábados, R\$ 7 para mulheres e R\$ 10 para homens. Os preços podem mudar quando há festas especiais ou outros eventos. Rua Senador Xavier da Silva, 210. Fone 224-6086. O convênio também é válido para o Curaçao Guaratuba, que só abre nos feriados e durante o verão. promover eventos e cursos aos jornalistas.

▷ Aquática - Desconto será de 50% na anuidade e 15% na mensalidade, além da isenção do valor da matrícula, que é de R\$ 30,00. O convênio é válido para natação, musculação e hidroginástica. Rua Antonio Grade, 563, no Mercês, fone 335-1310

▷ Academia Be Happy - com desconto de 10% nos planos simples, 15% no plano Master e 50% na matrícula. A Be Happy fica na Bento Viana, 609 - fone (41) 244-5219 behappy@softone.com.br

▷ Academia Kine - Ginástica com orientação, Nutrição e Fisioterapia. Desconto de 20%. R. Mauá, 706 B, Alto da Glória. Fone 253-3841. Funciona das 8 às 20h30min todos os dias.

▷ Esquema Internacional - Desconto de 20% na matrícula para filiados do Sindicato dos Jornalistas. -Cursos no Exterior; -Intercâmbio Cultural; -Pré-intercâmbio Rua Dr. Faivre, 115 conjunto 2 - Curitiba (PR) Fone (41) 264-9796 Esquema@esquema.com.br www.esquema.com.br

▷ ARNS DE OLIVEIRA E ANDREAZZA LIMA ADVOGADOS ASSOCIADOS Marlus H. Arns de Oliveira - OAB/PR 19226 Escritório credenciado - Ações Cíveis e Criminais 20% de desconto para jornalistas sindicalizados Av. Cândido de Abreu, 427 - conj. 706 - Curitiba - PR - 80530-903 Fone-fax: (41) 254-1814

Mais convênios: www.sindijorpr.org.br

Novos convênios

O Sindicato firmou convênio com:

Restaurante Ana Kater
- Na apresentação da carteira de jornalista, desconto de 10% no valor da refeição para pagamento à vista
- Rua Cândido de Abreu, 691 - Curitiba - PR, ao lado do Jornal do Estado
- Fone 352-7079
- Horário de funcionamento: segunda a sexta-feira, das 11h às 14h30
- Buffet por quilo
- O desconto não será válido para pagamento em vale-refeição

- O desconto só é válido para a refeição e não inclui as bebidas

Clínica de Psicologia Hadaya
- 50% no valor da consulta para jornalistas e familiares
- Rua Treze de Maio, 331 - sala 47 - Curitiba
- (41) 233-9028 (41) 9181-8762
Especializações
- Psicologia do Destino
- Sexualidade Humana
- Terapia Sistêmica (grupos)

Ofertas da Caixa para jornalistas

A Caixa Econômica Federal está disponibilizando aos filiados do Sindicato dos Jornalistas do Paraná as seguintes oportunidades de negócio:

- EQUIPAMENTOS (informática ou outro necessário ao desempenho da função)

Linhas de crédito para compra de equipamentos para sua utilização com taxa de juros de 1,30% a.m.**
- IMÓVEL COMERCIAL

Financiamento para aquisição de imóvel comercial com taxa de juros de 1,30% a.m.**

* valor a ser disponibilizado será definido pela análise individual de crédito

** taxa sujeita a alteração
- PREVIDÊNCIA PRIVADA

Você já pensou na sua aposentadoria? O PREVINVEST CAIXA garante tranquilidade e segurança

no seu futuro. São pequenas contribuições mensais que vão construir o seu futuro, sem preocupações, sem aborrecimentos, além de contar com dedução integral da contribuição no imposto de renda.

E o futuro do seu filho? A CAIXA, que tem um plano próprio para você dar ao seu filho o futuro que ele merece. Faça já um PREVINVEST CRESCER para quem você tanto ama.

Procure o gerente da CAIXA de sua preferência ou entre em contato pelos seguintes telefones:

Ag. Carlos Gomes - Soraia	321-1223
Ag. Mal. Deodoro - Valnei	240-3800
Ag. Barão - Antonio Carlos	323-2166
Ag. Cristo Rei - Fabiano	362-3030
Ag. Bacacheri - Nívine	256-6444

tabela de preços

SALÁRIOS DE INGRESSO OUT 2001 a 2002

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.184,63
Editor	1.539,98
Pauteiro	1.539,98
Editor chefe	1.776,95
Chefe de setor	1.776,95
Chefe de reportagem	1.776,95

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações;
Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas. O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Redação	
Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	63,62
Mais de duas fontes:	50% a mais
Edição por página	
Tablóide	82,40
Standard	98,73
Diagramação por página	
Tablóide	41,20
Standart	56,20
Revista	30,63
Tablita / Ofício / A4	20,93
Revisão	
Lauda (1.440 caracteres)	16,58
Tablóide	34,63
Tablita	26,12
Standard	72,41
Ilustração	
Cor	98,3
P&B	65,46

Reportagem fotográfica - ARFOC

Reportagem Editorial	
Saída cor ou P&B até 3 horas	149,65
Saída cor ou P&B até 5 horas	280,95
Saída cor ou P&B até 8 horas	314,65
Adicional por foto solicitada	28,24
Foto de arquivo para uso editorial	224,78
Reportagem Comercial/Institucional	
Saída cor ou P&B até 3 horas	298,08
Saída cor ou P&B até 5 horas	530,33
Saída cor ou P&B até 8 horas	707,21
Adicional por foto	56,20
Reportagem Cinematográfica	
Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante	
Saída até 3 horas	81,97
Saída até 5 horas	131,03
Saída até 8 horas	215,35
Adicional por hora	32,73

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais	486,87
Anúncio de Revista e TV	524,50
Capa de Disco e Calendário	674,46
Outdoor	1.033,27
Cartazes, Folhetos e Camisetas	337,22
Audiovisual até 50 unidades	711,89
Audiovisual acima de 50 unidades	à combinar
Diária em reportagem que inclui viagem	412,89
Reportagem aérea internacional	à combinar
Hora técnica	65,46

Observações importantes:

A produção (filme, laboratório, hospedagem, transporte, seguro de vida, credenciamento, etc.) é por conta do contratante; Na republicação, serão cobrados 100% do valor da tabela; A foto editorial não pode ter Utilização comercial.



imagem

Escrevendo a matéria através da foto

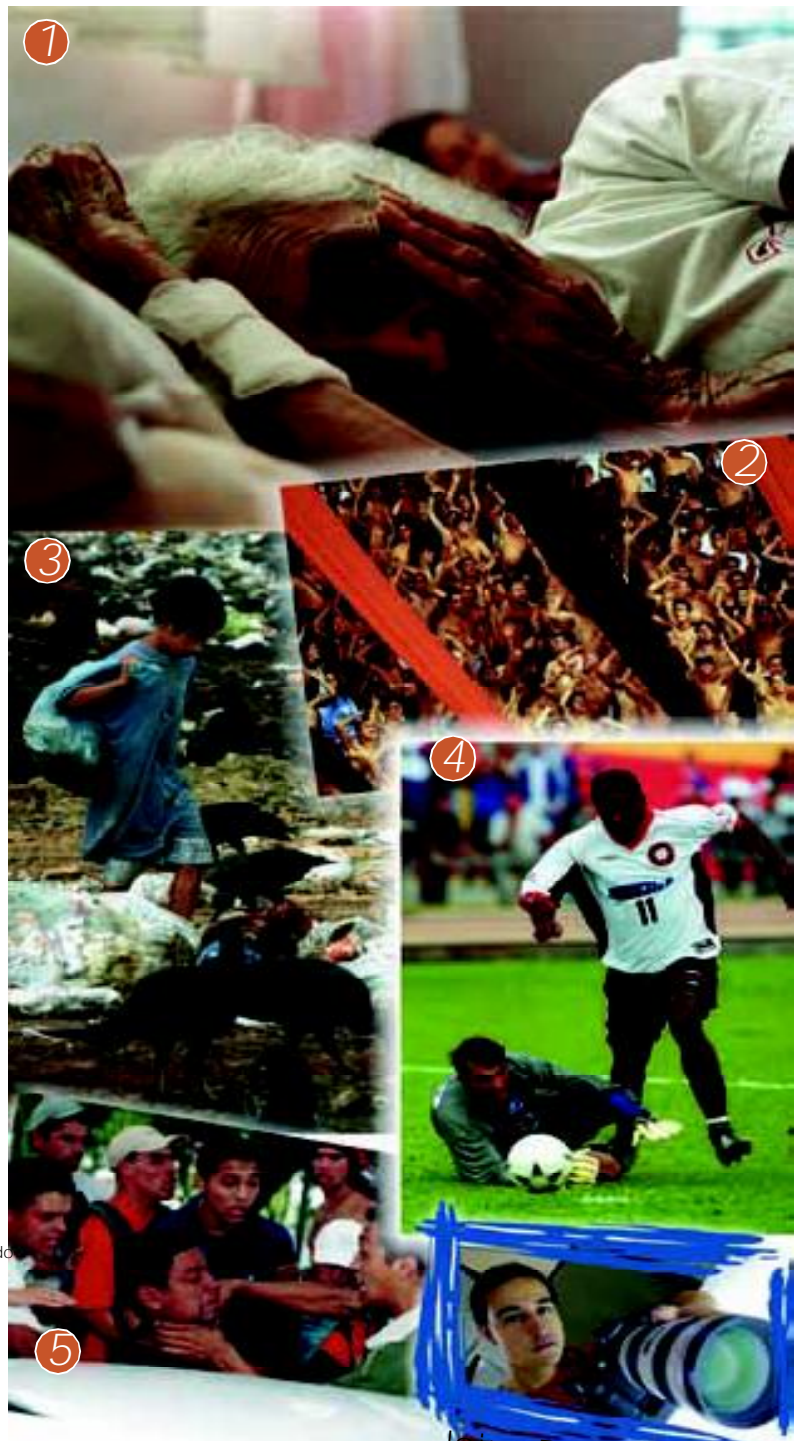
Jairo Resende começou a fotografar entre 1996 e 1999, apenas como curioso, depois que comprou uma máquina fotográfica quando fazia o terceiro ano de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná. Pretendia ser publicitário. Arrumou o primeiro emprego assim que se formou, mas logo se desiluiu e abandonou a publicidade. Aprendeu fotografia num estágio que fez na Gazeta do Povo, em 1999, observando os outros trabalharem. Saía com um repórter fotográfico diferente cada dia, acompanhando-o desde a entrevista até o treino de futebol. “Foi então que deu o estalo de que era com isso que eu queria trabalhar”, lembra Jairo.

Passou em seguida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná, quando teve a foto de uma greve nacional da categoria publicada na capa da Gazeta do Povo. No final de 1999, foi convidado a trabalhar como temporário no jornal, para cobrir férias. Em outubro de 2000, a empresa o contratou e ele passou a fazer fotos para a Gazeta e o Primeira Hora.

Jairo gosta de fotografar tudo, mas o seu maior prazer é fixar imagens do futebol. “É uma sensação única, a forma mais pura e solta para fotografar”, ele diz. Também sente-se muito bem lidando com o factual, com a pauta do dia-a-dia, com o jornalismo puro, participando do que é história. “Toda foto tem um objetivo, mas não há repórter fotográfico que não goste de estar na situação de pensar rápido, ter sangue frio e saber colocar-se em posição de obter a foto que passe o máximo de informação. O gostoso no fotojornalismo é ‘escrever’ a matéria através da foto”, observa.

“A Gazeta do Povo tem ótimos repórteres fotográficos”, ele diz. Mas destaca Antônio Costa e João Brush, que foi o seu mestre. No plano internacional, Jairo cita Steve McCurry, que em 1985 fotografou a menina afegã para a revista National Geographic e voltou a fotografá-la como mulher, dezessete anos depois. “Ele imprime sentimento à foto e no instantâneo da menina retrata o sofrimento de todo um povo, numa imagem esteticamente perfeita”, comenta.

Em sua atividade como repórter fotográfico, Jairo Resende diz que se sente feliz por ter coberto o final do último Campeonato Brasileiro, duas edições do Campeonato Paranaense, duas visitas da Seleção Brasileira a Curitiba, a manifestação dos estudantes na tentativa de privatização da Copel pelo governo estadual e a desocupação do quartel da Polícia Militar, com os dois lados armados e muita tensão.



Jairo Resende

- 1 Foto expressiva de uma idosa cega, num asilo sem condições, em Curitiba
- 2 Protesto das torcidas do Clube Atlético Paranaense, quando foram proibidas de entrar uniformizadas no estádio
- 3 Lixão de Paranaguá. Ensaio para abrir o Fórum contra o Trabalho Infantil em Curitiba, em abril de 2001
- 4 Lance do jogo Paraná e Atlético, em maio de 2001, no quadrangular final. Em evidência, Kléber do Atlético.
- 5 Torcedores tentam agredir cambista no jogo Atlético e Fluminense, com os ingressos esgotados, no final de 2001